

Inspiração

Uma publicação do Programa CATAÇÃO e do Instituto Walmart

Rede Cata Vida, de Sorocaba: "Atuar em rede foi essencial desde as primeiras comercializações"

Futura, de São José dos Campos: parceria com Poder Público trouxe articulação e autonomia

CAEC, de Salvador: Navegação com GPS e férias remuneradas para cooperados

Construindo soluções para o futuro

Conheça a origem e como funcionam na prática algumas das cooperativas mais inovadoras do Brasil



Índice de Inspiração

05 APRESENTAÇÃO

06 INTRODUÇÃO

08 PERSPECTIVAS

12 CAEC

22 FUTURA

32 REDE CATA VIDA

40 CONCLUSÃO

42 REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

43 AGRADECIMENTOS

45 OS REALIZADORES

46 EXPEDIENTE

Esta publicação é uma iniciativa do Programa CATA AÇÃO, em parceria com o Instituto Walmart e com realização da Giral - viveiro de projetos. O objetivo principal de Inspiração é disseminar experiências inovadoras de cooperativas de catadores no Brasil.



APRESENTAÇÃO

“O posicionamento e o engajamento dos catadores colocaram a inclusão social na equação política sobre os resíduos sólidos. A discussão sobre a elaboração de uma Política Nacional passou cerca de 20 anos no Congresso sem avançar por diversos conflitos de interesses. O fato novo que destravou este processo foi a emergência dos catadores como atores atuantes na construção deste novo marco regulatório.”

Valdemar de Oliveira Neto, Maneto, Diretor de Negócios de Impacto da Fundação AVINA

Uma transformação - silenciosa e ainda invisível para grande parte da população - vem ocorrendo no meio da catação e dos resíduos sólidos. Ao longo dos últimos vinte anos, floresceram por todo o Brasil diversas cooperativas de catadores, surgiu e se consolidou o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e o País viu ser criada e aprovada uma nova Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A modificação do cenário nestas dimensões só se tornou possível com o engajamento de catadores, órgãos governamentais, representantes da sociedade civil e do meio empresarial. E como resultado dos avanços coletivos que o País conquistou, grandes oportunidades e desafios se colocam para os setores envolvidos com a questão. No plano regional, os catadores brasileiros também desempenharam um papel estratégico na articulação do movimento latino-americano, tanto pela sua atuação pioneira como ao cooperar trocando experiências e organizando e sediando os dois primeiros Congressos Latino-americanos de Catadores.

Para contribuir com esta discussão, suscitando reflexões, apontando caminhos e questionando certezas, o Programa CATA AÇÃO e o Instituto Walmart oferecem esta publicação. Com foco específico nas experiências de três organizações de catadores, *Inspiração* é resultado de uma sistematização que almeja identificar boas práticas, processos e modelos que possam servir de inspiração para as centenas de instituições e milhares de cidadãos que fazem da catação uma alternativa de geração de renda todos os dias no Brasil.

Entre as diversas iniciativas que têm tido sucesso, selecionamos três que fossem expressivas devido à alguma característica que foi marcante durante a estruturação de seu desenvolvimento. Em Salvador, a CAEC (Cooperativa de Agen-

tes Ecológicos de Canabrava), por exemplo, impulsionou seu negócio ao se mostrar hábil em firmar parcerias com grandes geradores de resíduo da iniciativa privada. Já o caso da Cooperativa Futura, de São José dos Campos, demonstra como uma bem-sucedida parceria com o poder público municipal pode servir de fio condutor para o desenvolvimento institucional de uma cooperativa. A Rede Cata Vida, por sua vez, é a primeira organização de cooperativas de catadores a comercializar em conjunto e ilustra o potencial de realização conquistado quando comunidades de catadores de diferentes municípios se aproximam.

O que é possível visualizar de forma clara nestes três casos é que os espaços para a existência de um trabalho digno para os catadores já existem. Por outro lado, permanece um caminho a ser trilhado para que as cooperativas se consolidem como Negócios Sociais Inclusivos. Este conceito é utilizado para definir organizações que visam solucionar problemas sociais a partir de mecanismos de mercado. Segundo Graziella Comini, professora da FEA-USP, existem três perspectivas principais para os negócios sociais inclusivos: (i) a europeia, que é derivada da tradição de expressões da economia social, como o associativismo e o cooperativismo; (ii) a norte-americana, que enxerga os negócios sociais como organizações privadas com lógicas de mercado dedicadas a soluções de problemas sociais e (iii) a corrente predominante nos países em desenvolvimento, que enfatiza iniciativas que visam à redução da pobreza e vulnerabilidade dos indivíduos.

Independente de qual caminho será trilhado pelas cooperativas brasileiras, o papel de agente socioambiental e econômico desempenhado pelos catadores vem ganhando reconhecimento pela sociedade. Neste contexto, é importante que se viabilizem condições para que as cooperativas assumam parte das responsabilidades distribuídas pela PNRS, utilizando esta oportunidade histórica para que uma parcela da população - antes excluída de direitos e instrumentos - possa empreender, gerenciando novos negócios sociais inclusivos.

Esperamos que esta publicação motive e inspire ideias em todos os empreendedores sociais - inclusive aqueles que porventura não sabem que o são - e que, espalhados pelo País, lutam diariamente para construir um futuro mais digno para suas famílias e comunidades.

Programa CATA AÇÃO e Instituto Walmart.

INTRODUÇÃO

Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, gestão de resíduos, coleta seletiva e o papel das organizações de catadores de materiais recicláveis

No dia 02 de agosto de 2010, ao sancionar a Lei Federal nº 12.305, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A nova política estabeleceu o marco regulatório para o gerenciamento dos resíduos sólidos no Brasil e definiu a distinção entre os resíduos, - materiais que podem ser reutilizados ou reciclados-, e os rejeitos, isto é, as substâncias que não são passíveis de reaproveitamento.

A PNRS foi fruto de uma construção coletiva que envolveu órgãos governamentais de diferentes instâncias, empresas, universidades, ONGs e movimentos da sociedade civil, entre eles representantes das cooperativas de catadores de materiais recicláveis e ambientalistas.

A nova lei institucionalizou uma série de princípios, instrumentos, objetivos e diretrizes que, em seu conjunto, capacitam o País a enfrentar o imenso desafio de organizar a gestão dos resíduos sólidos e a destinação adequada dos rejeitos. Há farta literatura sobre estes temas, sob abordagens específicas de diferentes disciplinas, notadamente do Direito Ambiental. Nessa publicação destacamos a presença dos princípios da cooperação; da prevenção e precaução; do poluidor-pagador e protetor-recebedor; da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e da participação social.

Com base nestes princípios, a legislação atribuiu papéis claros aos diversos atores envolvidos no ciclo de vida dos resíduos. Entre as principais responsabilidades, é importante citar aquelas relacionadas aos (i) consumidores, - que devem acondicionar e disponibilizar os materiais recicláveis para a coleta seletiva e também retornar aos distribuidores os resíduos elencados na lista da logística reversa -; (ii) ao poder público municipal, cuja obrigação principal é implementar localmente seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e, desta forma, estruturar os sistemas de coleta seletiva de cada cidade e (iii) à iniciativa privada, entre as quais destaca-se o sistema de logística reversa, para o retorno obrigatório aos fabricantes de determinados tipos de produtos e embalagens. Há também uma série de deveres atribuídos aos poderes estadual e federal.

Segundo José Cardoso, membro da Cooperativa Pró-Recife (PE), a PNRS é um marco histórico que descortina oportunidades aos trabalhadores da catação. “A aprovação da política demonstra um amadurecimento político do País em relação a nós, catadores, e vem somar esforços à nossa luta de promover a inclusão social por meio desta atividade econômica”, afirma.

A despeito das oportunidades, a cadeia produtiva brasileira dos materiais recicláveis traz em seu bojo uma série de desafios estruturais para os catadores. Os produtos da cadeia são *commodities* e, portanto, seus valores estão suscetíveis às variações, muitas vezes abruptas, dos mercados local, regional e global.

Esta condição de vulnerabilidade torna imperativo o apoio do poder público às cooperativas de catadores, visando seu desenvolvimento e a continuidade de suas atividades durante o estágio em que se encontram no processo de amadurecimento enquanto empreendimentos sociais.

Para Valdemar de Oliveira Neto, Maneto, Diretor de Negócios de Impacto da Fundação Avina, a PNRS abre espaço para esta nova visão dos catadores como agentes econômicos. “A política não assegura, nem garante esta inserção, mas cria um ambiente favorável para que se avance nesta direção”, afirma.

Implementação dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos – PMGIRS

Ao ser sancionada, a Lei nº 12.305/10 concedeu aos municípios e estados brasileiros o prazo de dois anos para a elaboração de planos de gestão de resíduos sólidos. O prazo esgotou no final de 2012 e grande parte dos municípios não concluiu seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, o que os impedirá o recebimento de recursos federais para estes fins.

A falta de cumprimento de prazos, inclusive, tem feito com que o governo considere a viabilidade de se adiar as metas da PNRS que contemplam desafios como o fim dos lixões e a inclusão de coleta seletiva e reciclagem em todos os municípios brasileiros até 2014.

Apesar de uma parte considerável das administrações municipais não estar em dia com suas obrigações, esta não é a situação que se encontra em todas as localidades.

“A prática de gestão de resíduos varia bastante de cidade para cidade. Em algumas delas, a legislação exige a participação dos catadores,

como é o caso de Foz do Iguaçu. Em outras, a coleta de grandes geradores de material reciclável é terceirizada, e, ainda, em outras a responsabilidade é da Prefeitura. Procuramos desenvolver as relações da melhor maneira possível em cada um destes cenários, em consonância com a nossa meta global de reduzir o máximo possível a destinação final para aterros sanitários”, conta Julia Faria, Coordenadora de Meio Ambiente do Walmart.

Um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010¹) e do Ministério das Cidades aponta que apenas 994 dos 5.564 municípios brasileiros contam com serviços de coleta seletiva, dos quais uma quantidade ainda menor (377) abrange toda a cidade.

A Política Nacional de Saneamento (Lei Federal nº 11.445/2009) permite que as prefeituras contratem cooperativas e associações de catadores para serviços de coleta seletiva sem a realização de licitações. No entanto, para que isso aconteça, é necessária vontade e planejamento por parte dos municípios, além da presença de cooperativas estruturadas na cidade. “A impressão que fica é que grande parte dos gestores ainda não está preparada para lidar com este assunto. A lei dá condições e há oportunidades para gerar avanços sociais, mas falta vontade política para uma parcela dos nossos governantes”, afirma Cardoso. Há exceções, como o leitor poderá conhecer nesta publicação. O caso da Cooperativa Futura, de São José dos Campos (SP), demonstra que o poder público municipal pode exercer o papel de apoiador das cooperativas e, ao mesmo tempo, articular o trabalho dos catadores com a iniciativa privada.

Para Paulo Mindlin, Diretor do Instituto Walmart, o papel dos catadores no processo de gestão dos resíduos das cidades é fundamental e requer atenção da sociedade civil. “A política deixa claro que este processo deve existir e a pergunta que precisamos responder é: como podemos garantir esta participação, de modo a assegurar geração de renda, autonomia e empoderamento dos catadores?”, questiona.

Acordos Setoriais e Termos de Compromisso para a gestão compartilhada dos resíduos através da Logística Reversa

Outro aspecto inovador da PNRS foi a criação dos Acordos Setoriais, que permitem pactos de natureza contratual entre o poder público e a ini-

ciativa privada para a viabilização dos sistemas de logística reversa brasileiros, de acordo com o princípio da responsabilidade compartilhada. O mecanismo de logística reversa abrange seis categorias críticas de resíduos sólidos: (i) agrotóxicos, (ii) pilhas e baterias, (iii) pneus, (iv) óleos lubrificantes, (v) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista e (vi) produtos eletroeletrônicos.

De maneira geral, as instâncias de diálogo formadas por representantes do governo, da iniciativa privada, das ONGs e das cooperativas catadores têm feito a agenda de discussão progredir. Em 19 de dezembro de 2012, a ministra do Meio Ambiente, Isabela Teixeira, assinou o primeiro acordo setorial, prevendo a implantação da logística reversa pelas empresas envolvidas na fabricação, importação, distribuição e comercialização de óleos lubrificantes embalados.

“A questão da logística reversa tem gerado maior integração entre nós catadores e as empresas. Como operadores de coleta, a sensação era de que sempre fomos deixados para segundo plano. No entanto, com estas discussões, as empresas passaram a se interessar mais pelo nosso trabalho”, relata José Cardoso.

Outro instrumento de natureza jurídica semelhante ao Acordo Setorial é o Termo de Compromisso que foi incluído na PNRS como uma alternativa para os casos em que uma empresa não concorde com o Acordo Setorial firmado por seu setor com o poder público. Nestes casos, a companhia poderá celebrar diretamente com o Governo um Termo de Compromisso específico para a realização da logística reversa. A lei também garante um terceiro instrumento: a regulamentação governamental.

ESTUDO DO IBGE PUBLICADO EM 2010 APONTA QUE

APENAS

994

DOS

5.564

municípios brasileiros

CONTAM COM SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA.

EM APENAS

377

O SERVIÇO ABRANGE TODA A CIDADE.



1 [IBGE] Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008. Rio de Janeiro: IBGE 2010

PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS INCLUSIVOS NO BRASIL A PARTIR DA COLETA SELETIVA E RECICLAGEM

Durante os últimos vinte anos, os catadores de materiais recicláveis obtiveram um notável progresso em relação a uma série de questões fundamentais como a criação e desenvolvimento institucional das cooperativas; a estruturação de um movimento nacional representativo e legítimo; a aprovação do novo marco regulatório e a expansão do reconhecimento do papel desempenhado como agente econômico junto ao poder público e à iniciativa privada, além do respeito de parte da população pelo protagonismo nas áreas de ação e educação ambiental.

Sob este cenário, a PNRS, ao reorganizar a atuação dos diversos atores envolvidos e imprimir uma série de direitos e deveres a todos, reconfigurou o papel e os desafios dos catadores.

Com a criação de novos mercados, isto é, novas oportunidades de negócio, foi renovada a vulnerabilidade das cooperativas à atuação de concorrentes do setor privado. Trata-se de um cenário complexo e delicado para as cooperativas.

“Nestes últimos anos, houve uma série de investimentos do Governo e do Terceiro Setor em treinamentos para aspectos fundamentais

como cooperativismo, segurança do trabalho e automatização dos processos, entre outros. Trabalhou-se muito e observamos cooperativas muito bem estruturadas em buscar, realizar a triagem e comercializar o material. Para o futuro, um movimento importante será aumentar a qualidade dos processos de logística, que é uma área de grande impacto no resultado final do trabalho e que, de maneira geral, ainda tem muito potencial de aprimoramento”, pontua Felipe Antunes, Gerente de Sustentabilidade do Walmart.

Além dos desafios específicos relacionados a operação, alguns especialistas chamam a atenção para questões estruturais dos setores de coleta e reciclagem. “Encontramos, de um lado, a necessidade dos geradores de resíduos de serem atendidas suas metas relacionadas aos acordos de logística reversa. Do outro, vemos as cooperativas de catadores que não necessariamente estão preparadas para responder a estes desafios. As empresas e o mundo dos negócios exigem uma velocidade de atuação que é exógena às cooperativas. Estas apresentam uma velocidade operacional que é ditada endogenamente, a partir de condições relacionadas a escolaridade, cultura e conhecimentos incorporados por cada organização”, explica Antonio Bunchaft, economista e diretor da ONG PANGEA, parceira do Programa CATA AÇÃO.

Para Bunchaft, o ponto central é que atualmente há um lapso de conhecimento e expertise nas cooperativas para que estas consigam atender à demanda que será gerada. A boa notícia é que existem soluções para esta questão. “Uma das alternativas é suprir este lapso com assistência técnica intensiva nas organizações, não se restringindo à capacitação, mas também assumindo uma parte da responsabilidade na execução do serviço. Será necessária uma combinação complexa de autogestão com assistência técnica”, afirma.

Outra alternativa apontada por Bunchaft são os empreendimentos de caráter híbrido denominados negócios sociais, ideia compartilhada também por Maneto. “É preciso alcançar um nível de organização que ainda não encontramos hoje. Com poucas exceções de lideranças empresariais, que tem visão integral do processo, nem as empresas geradoras, nem as da indústria de reciclagem estão em condição de fazer o investimento necessário para o fortalecimento das cooperativas. É de fundamental importância a criação de novos

negócios de empresas de reciclagem ou logística reversa que tenham no seu DNA compartilhar seus ganhos com os catadores. Será uma forma de fortalecer as cooperativas, criando um fluxo mais estável de recursos com foco no processo de organização, de tecnificação e de melhoria das condições operacionais das cooperativas”, explica Maneto. (Leia o Box Sobre Inovação, Negócios Sociais e Compartilhamento de Valor). Para ele, a expectativa de que as cooperativas evoluirão de instituições de coleta para donas de fábricas de reciclagem não é compatível com as possibilidades e o nível atuais de organização nelas encontrados. Por conta desta situação, Maneto identifica como desafio central organizar e melhorar o padrão de relacionamento dos catadores em duas dimensões: a externa, isto é, com os grandes geradores, o poder público e a indústria da reciclagem, e a interna, com o aprimoramento do processo de coleta.

Para Rodrigo Brito, Diretor de Oportunidades de Impacto da ONG Aliança Empreendedora, há oportunidades para catadores e também para os negócios sociais. “Temos casos de grupos técnicos que apoiam cooperativas há 10, 15 anos. O cenário permitirá que estes grupos virem sócios de verdade. Com a participação de mais empresas e governos virá à tona esta discussão: O trabalho de educar catadores e grupos é lento e custoso. É necessário um terceiro perfil de negócio de impacto social? Um novo modelo societário capaz de aproveitar as oportunidades econômicas junto com o desenvolvimento do trabalho social?”, questiona Rodrigo.

Segundo Ismael Gílio, economista do Banco Interamericano de Desenvolvimento, “dois grandes desafios se colocam no caminho dos catadores. O primeiro é a complexidade de articulação, isto é, o funcionamento de uma enorme quantidade de leis, envolvendo diversos atores em um curto prazo”. Na opinião do economista, o segundo grande desafio é impulsionar o grau de organização dos catadores, endereçando de forma efetiva soluções para a série de carências de gestão das cooperativas, que ainda apresentam elevados custos operacionais.

Informalidade, organização do trabalho e conquistas alcançadas pela categoria O catador informal

Segundo a estimativa do MNCR existem no País mais de 800 mil catadores de materiais recicláveis, um número equivalente, por

os catadores são responsáveis por



de tudo que é reciclado atualmente no Brasil

1 catador COLETA DE 2 a 3 toneladas POR MÊS



A RENDA NACIONAL MÉDIA DA CATEGORIA É DE

R\$ 136 a R\$ 318/mês

* Dados de acordo com estudo realizado pelo Departamento de Economia da Universidade Federal da Bahia (GERI/UFBA) e o MNCR.

exemplo, à população de capitais como Campo Grande (MS), Natal (RN) e Teresina (PI).

De acordo com estudo realizado pelo Departamento de Economia da Universidade Federal da Bahia (GERI/UFBA) e o MNCR, os catadores são responsáveis por 90% de tudo que é reciclado atualmente no Brasil e um catador coleta de 2 a 3 toneladas por mês, e a renda nacional média da categoria é de R\$ 136 a R\$ 318 por mês.

A maior parte dessas pessoas ainda trabalha em lixões e pelas ruas das cidades e, portanto, atuam de maneira desorganizada e informal.

Ainda é uma parcela pequena de catadores que está organizada em associações ou cooperativas no Brasil. Isto ocorre porque o processo de organizar a atuação produtiva desta parcela da sociedade é particularmente complexo, por uma série de fatores. Parte desta população é flutuante, muitos são moradores de rua que transitam entre a coleta e a mendicância, dentro de um cenário formado por um conjunto de problemas sociais como o uso de drogas, a dependência do álcool, a desestruturação familiar e a marginalidade. Muitos vivem em situação de pobreza extrema, inclusive sem um teto para morar. Se considerarmos apenas São Paulo, dos 16 mil moradores de rua, acredita-se que 30% ganhem dinheiro exclusivamente com a coleta de recicláveis.

SEGUNDO A ESTIMATIVA DO MNCR EXISTEM NO PAÍS MAIS DE

800 MIL CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS,

um número equivalente, por exemplo, à população de capitais como Campo Grande (MS), Natal (RN) e Teresina (PI).





Carolina Kolim | GIRAAL

Além disso, o fluxo de negócios da cooperativa não está baseado em um modelo de pagamento imediato, como ocorre na catação informal. Do ponto de vista dos catadores, a relação custo-benefício não está equacionada, o que na prática significa que existe um custo implícito para estes aderirem ao trabalho em uma cooperativa.

“Como as cooperativas se relacionam com os catadores que ainda estão na informalidade é uma questão importante, que merece ser discutida com profundidade. É possível criar modelos de relacionamento mais flexíveis com estes catadores? Este é um tema que precisa ser pensado, para ampliar a base e o alcance do trabalho das cooperativas de modo a gerar um processo de inclusão maior do que temos hoje”, afirma Maneto.

A informalidade, o reduzido nível educacional, o precário acesso à informação, a ignorância sobre os direitos fundamentais e a miséria levam o catador a vivenciar situações de exploração por parte de pequenos e médios empresários, que muitas vezes os ludibriam na pesagem e na soma dos materiais ou pagam valores irrisórios.

Além da violação de direitos trabalhistas, visto que muitas vezes essas pessoas trabalham por longas jornadas diariamente em ambientes insalubres e sem nenhum benefício, em algumas situações são constatados casos de servidão por dívida, vínculos estabelecidos

por conta de vícios e, ainda, trabalho infantil e análogo à escravidão.

Cooperativas de catadores

As cooperativas e associações de catadores desenvolvem um papel fundamental para a sociedade e o meio ambiente ao prestar o serviço de interesse público que é a coleta dos materiais recicláveis. E no âmbito interno, estas instituições permitem aos cooperados a ressignificação da atividade de catação e uma construção identitária que expande seu papel na sociedade, ao colocá-los como agentes ambientais.

Esta incorporação ao tecido social se dá no âmbito da colaboração entre cidadãos, especialmente quando se segue o método de coleta porta a porta, precedido pelo trabalho de educação ambiental nas residências. Em algumas localidades do país, como na cidade de Sorocaba (SP), esta interação fez germinar, entre a população, um sentimento de apoio à causa dos catadores.

A despeito dos avanços nos planos estratégicos e táticos, muitas cooperativas ainda enfrentam dificuldades para se manter acima do ponto de equilíbrio e gerando renda que mantenha os cooperados engajados. Por este motivo, o MNCR iniciou uma campanha nacional para estimular as prefeituras a pagarem pelo serviço prestado de coleta seletiva pelas instituições de catadores. Esta é uma realidade que já ocorre em cidades como Araraquara, Arujá, Biritiba Mirim, Diadema, São José do Rio Preto, Orlandia e Ourinhos, no estado de São Paulo; em Londrina e Rio Negro, no Paraná, Natal no Rio Grande do Norte e Gravataí, no Rio Grande do Sul.

Movimento Nacional de Catadores de Materiais no Brasil – MNCR

As discussões que originaram o MNCR tiveram início em 1999, com a realização do 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, ocorrido em Belo Horizonte (MG). Desde sua gênese, o movimento estabeleceu como prioridade contribuir para que as políticas públicas de gestão dos resíduos sólidos contemplasse a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis.

A fundação do MNCR ocorreu durante o 1º Congresso Nacional de Catadores, em junho de 2001, em Brasília. No último dia do evento, o recém-nascido movimento promoveu uma

marcha de 1700 catadores, acompanhados da população de rua, para exigir alterações no primeiro projeto de lei sobre o tema, o PL 203 de 1991, cuja tramitação encontrava-se anestesiada no Congresso Nacional. No encontro, também foi publicada a Carta de Brasília, manifesto que reivindica a “definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos catadores de materiais recicláveis”. Outras duas causas primordiais defendidas desde o início pelo movimento são a erradicação do trabalho infantil e dos lixões no País.

O MNCR contribuiu ativamente com a redação para o aprimoramento do marco regulatório através da articulação com dezenas de instituições e movimentos sociais por meio do Fórum Lixo e Cidadania. Essas discussões e propostas foram sintetizadas em documento, enviado em junho de 2002 para a Comissão Especial encarregada de analisar o então Projeto de Lei.

“Um aspecto interessante que deve ser ressaltado foi o papel desempenhado pelos catadores na aprovação da lei. O projeto estava há 19 anos no Congresso e a entrada dos catadores no processo, - com apoio do governo Lula -, permitiu que se destravasse a discussão e gerasse urgência na aprovação da Lei. As lideranças do governo no Congresso se envolveram, os catadores conseguiram renegociar vários pontos e a legislação foi aprovada. Já neste momento, tivemos uma contribuição muito importante dos catadores”, relembra Maneto.

Para ele, o grande mérito do MNCR foi criar visibilidade, posicionando os catadores como agentes econômicos e estabelecendo relações diretas com as indústrias e com o poder público.

Segundo o MNCR, seus membros acreditam na prática da ação direta popular, isto é, na participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve a sua vida, abrindo caminho para a transformação da sociedade.

O objetivo do movimento é contribuir para a construção de sociedades justas e sustentáveis a partir da organização social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e suas famílias, com foco em princípios como autogestão, ação direta,

independência e solidariedade de classe e democracia direta.

A Rede Latinoamericana e do Caribe de Catadores de Materiais Recicláveis – Rede LACRE

A Rede Lacre é uma organização representativa de movimentos que agrupam os catadores residentes em 18 países localizados na América Latina e Caribe. Essa rede prova o quanto os catadores de materiais reciclados se desenvolveram, a ponto de ultrapassar as barreiras de suas nações.

Sua missão consiste em proporcionar diálogo entre os movimentos dos países integrantes a fim de trocar experiências, desenhar ações e executá-las, colaborando com o desenvolvimento das condições de trabalho dos catadores que coletam, selecionam, recuperam, transformam, comercializam e reutilizam os resíduos sólidos.

Na execução de suas atividades, a Rede Lacre engloba muitas exigências, entre elas o reconhecimento por parte dos governos, o acesso aos benefícios dos trabalhadores e demandas mais específicas, como é o caso, por exemplo, do repasse do negócio de reciclagem a empresas privadas, o que gera desemprego para uma série de catadores.





Alianças para o desenvolvimento

Isolada e sem assistência do poder público, uma comunidade se volta para os resíduos em busca de sobrevivência. Uma cooperativa, diversas parcerias com a iniciativa privada e centenas de vidas transformadas: a história da CAEC

HISTÓRICO, PRESENTE E FUTURO

O ANO DE 1976 FOI ATÍPICO EM SALVADOR. Chuvas torrenciais deixaram milhares de desabrigados nas áreas contíguas a bairros considerados nobres da capital baiana. O poder público decidiu alojar estas famílias em uma área então isolada e distante: o bairro de Canabrava, onde pouco tempo antes havia sido alocado o novo lixão da cidade. A justificativa oficial era que os desabrigados poderiam construir uma nova vida na área. No entanto, não havia transporte, saneamento básico, nem comércio. Os novos moradores da região estavam isolados e sem suporte do governo. Na luta pela sobrevivência, voltaram-se para o único recurso que dispunham: o lixão. “A gente morava debaixo de lona. Só havia o lixão e fâmos até lá para tentar encontrar restos de alimentos entre os resíduos”, conta Dona Maria das Mercês de Oliveira, cooptada da CAEC.

Os anos se passaram. As barracas de lona deram lugar a casas de alvenaria. As famílias sobreviveram e, com o avanço da discussão sobre resíduos, o poder público definiu pelo fechamento do lixão, fato que se concretizou no mês de dezembro de 2000.

Naquele momento, existiam cerca de 1000 pessoas - entre elas 300 crianças - que sobreviviam das atividades de catação dentro do lixão de Canabrava. Na época, Marília Pessoa, uma assistente social da LIMPURB - a empresa estatal responsável pela limpeza urbana de Salvador - procurou a ONG PANGEA, uma organização com experiência em projetos socioambientais, e juntos iniciaram um trabalho de suporte ao grupo de catadores.

Durante o ano de 2001, teve início um trabalho de articulação, com a constituição de um grupo de parceiros, que incluiu a União Europeia, para a elaboração de documentos e estudos com o objetivo de organizar uma cooperativa entre os catadores. No ano seguinte, as ideias começaram a sair do papel e foi promovida uma capacitação técnica e social durante nove meses. Dos 100 inscritos no curso, 80 completaram com sucesso as atividades e, desta turma, 50 mantiveram-se unidos, decidiram ir em frente e conseguiram, junto a apoiadores, o patrocínio

para alugar um galpão e uma ajuda para fretar caminhões. E foi assim que, em maio de 2003, nasceu oficialmente a Cooperativa de Agentes Ecológicos de Canabrava, a CAEC.

Durante o mesmo ano, a liderança da CAEC se aproximou do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) e começou a trabalhar para organizar o primeiro encontro estadual de catadores da Bahia. O evento foi realizado em fevereiro de 2004 e reuniu catadores de 22 municípios baianos.

“As lideranças da CAEC tiveram papel fundamental nessa articulação regional. Do encontro, ficou a certeza de que era essencial obter uma melhor estrutura para as cooperativas”, conta Paulo Medeiros, técnico do PANGEA que atua como consultor na CAEC.

Era um momento, na Bahia, de buscar alternativas para fortalecer as cooperativas, buscando soluções para melhorar a qualificação e a infraestrutura das organizações, entre elas a CAEC. Este processo de diálogo teve como resultado a construção coletiva de uma proposta, levada à Petrobras, para a organização de uma rede de catadores no Estado, a Catabahia. A estatal se interessou pelo projeto e resolveu patrociná-lo, doando caminhões, prensas, balanças, uniformes e EPIs (Equipamentos de Proteção Individual). E a CAEC, por ser sede da Catabahia, também recebeu a doação do seu atual espaço físico.

Com uma sede própria e com uma parte das questões estruturais resolvidas, a cooperativa começou a buscar grandes geradores que pudessem doar material reciclável, um grande marco nesta época foi a parceria com o shopping Iguatemi de Salvador, que passou a doar os resíduos gerados para a CAEC.

Em 2006 uma nova etapa importante se iniciou: começaram as negociações com o Walmart. Um engenheiro ambiental foi contratado para fazer o estudo gravimétrico - que identifica a composição e especificidades dos resíduos sólidos- de quatro lojas do potencial parceiro. A partir dos dados do estudo foi estabelecida uma parceria com o Walmart e, no começo de 2007 teve início a doação de



materiais recicláveis levados pelos consumidores. Com o desenvolvimento da relação, a CAEC investiu em estruturas de armazenagem, o que permitiu não só coletar o material deixado pelos consumidores, mas também retirar os resíduos de plástico e papelão gerados pelas próprias lojas, o que alavancou os resultados da cooperativa na época.

Ainda em 2007, a CAEC também conseguiu regularizar de forma integral todas as questões relativas à previdência social, outra importante conquista. E o primeiro semestre de 2008 foi bastante positivo para os cooperados, com pró-labores acima de um salário mínimo durante todos os meses. Contudo, a crise financeira de 2008 trouxe desafios para a organização, principalmente devido à queda do preço de vendas dos materiais e a escassez de pedidos dos compradores.

A solução foi apostar em inovação. Por meio de um edital, a CAEC conseguiu apoio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para exportar produtos para a Europa. Após a realização de estudos de mercado e contatos comerciais, a CAEC exportou, em novembro de 2009, um contêiner com 22 toneladas de papelão para uma indústria na Bélgica. Com o feito, foi possível renegociar com as indústrias locais, que aumentaram os valores pagos pelos materiais.

O ano de 2010 foi marcado por um novo padrão de gestão. Um engenheiro de produção foi contratado para organizar o sistema de

metas da cooperativa. A iniciativa aumentou a produtividade e a CAEC conseguiu obter em todos os meses do ano um pró-labore acima de um salário mínimo – um excelente resultado.

No entanto, alterações na cotação do papelão causaram um impacto negativo nos resultados do ano seguinte e a organização se viu novamente desafiada. Como resposta, os catadores decidiram apostar na diversificação do portfólio de produtos, avançando na cadeia produtiva.

Desta forma, a cooperativa iniciou o trabalho de fornecer, por encomenda, grãos plásticos (plástico reciclado em forma de grãos) e também caixas de papelão para uso comercial, inclusive com a logomarca do cliente, se necessário.

No intuito de diversificar ainda mais as fontes de renda, outras iniciativas já estão em andamento, visando a produção e comercialização dos seguintes produtos:

- água sanitária: sob o ponto de vista do negócio, a produção de água sanitária apresenta, além da manipulação química, a fabricação da embalagem de plástico, porém a CAEC possui tanto o plástico quanto o equipamento para confecção de garrafas, e por isso esse negócios estão nos planos da cooperativa. Atualmente, os recursos humanos já estão treinados e a CAEC aguarda a instalação de um dosador automático para garantir a segurança no ambiente de trabalho.

- biodiesel e sabão: a cooperativa já possui uma fábrica de sabão, e aguarda a obtenção da licença de operação da unidade de biodiesel que foi adquirida para atender ao consumo interno dos caminhões. A fábrica fará com que a glicerina, um subproduto da produção do biodiesel, vire um produto comercializável na forma de sabão. A cooperativa tem parcerias estabelecidas para receber a doação de óleo de cozinha, que é a matéria-prima utilizada para a produção de biodiesel. No momento a CAEC aguarda a obtenção da licença de operação da unidade de biodiesel, visto que já possui este equipamento em condições de operação e também a fábrica de sabão.

O objetivo é produzir biodiesel para abastecer a frota interna de caminhões e também vender o excedente. Já a produção de sabão é uma iniciativa voltada

primordialmente para a comercialização. Com a cotação do papelão mantida em patamares baixos desde a crise econômico-financeira de 2008, existe, entre os associados, o consenso de que é importante **investir na diversificação de produtos** - o que permitirá **entregar ao mercado não só materiais recicláveis, mas também itens de maior valor agregado**.

No entanto, a questão que se coloca como mais estratégica para a viabilidade econômica da cooperativa é o **reconhecimento pela prestação do serviço ambiental de coleta e destinação dos materiais**. A CAEC está negociando com algumas empresas - nas quais a cooperativa faz coletas periódicas e programadas de materiais recicláveis - a revisão dos contratos, com o objetivo de incorporar mecanismos que remunerem a cooperativa pelo serviço prestado. Está claro que apenas a receita da venda dos materiais é insuficiente para viabilizar a operação da CAEC. Para tanto, o PANGEA elaborou um estudo que demonstra os custos operacionais embutidos na atividade e os valores cobrados pelas empresas privadas para fornecer serviço semelhante. Esta é uma discussão fundamental para o futuro da CAEC e de outras cooperativas espalhadas pelo país.

CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE A CAEC

Mais de 180 parcerias com a iniciativa privada, fábricas de sabão, embalagem e água sanitária e biodiesel para diversificar o portfólio, direito a férias, licença para ocasiões especiais e um moderno sistema de monitoramento e gestão da frota veicular. Saiba mais sobre algumas das características da CAEC e conheça algumas das inovações que trouxeram resultado para a cooperativa.

Regularidade Legal e Documentação

A CAEC possui toda a documentação legal para suas operações. A adesão e contratualização junto ao INSS é realizada para todos os cooperados. Esta era uma questão importante que desafiava a organização, pois a regularidade junto ao INSS era uma condição necessária para que a cooperativa participasse de diversos editais governamentais.

Infraestrutura, máquinas e equipamentos

Recursos Humanos: média de 170 cooperados

Área Própria: edifícios, galpões e fábricas

Frota: 5 caminhões

Máquinas e Equipamentos

- 2 empilhadeiras

- 10 prensas

- Fábrica de Caixas de Papelão - com equipamento para Silcagem

- Unidade de biodiesel/fábrica de sabão.

- Unidade de Fabricação de Grãos para todos os tipos de plásticos e equipamento de sopro de garrafas de PEAD (Polietileno de Alta Densidade) para produzir garrafas para água sanitária.

Unidade de produção e engarrafamento de Água Sanitária.

Processos produtivos, estocagem e transporte de insumos e produtos

O espaço físico é ocupado por frentes de trabalho estabelecidas pelo critério de divisão de materiais. Papelão, plástico, papel branco, indústria de plástico, vidro e recepção, onde também são acumulados os metais: cada área tem a sua equipe específica fixa e conta com um coordenador. O material triado é prensado e enfardado dentro de seu setor e acumulado nos espaços mais próximos ao pátio, onde há acesso para que os caminhões sejam carregados e ocorra a retirada do material. Há saída diária de materiais para a venda. Nas estações **de trabalho presentes nas lojas** do Walmart e nos shopping centers, os cooperados contam com **prensas** e executam o enfardamento dos materiais *in loco*.

Os materiais são retirados pelos compradores, com exceção do papelão - a CAEC promove a entrega desse material pagando o frete até a indústria compradora. Na triagem dos plásticos, as garrafas de PEAD são separadas e encaminhadas para a Unidade de Fabricação de Grãos interna a fim de que sejam recicladas e transformadas em garrafas para água sanitária.

Muitos dos materiais doados são deixados na

CAEC - Números da Produção

Prepara em média 20 fardos de papelão/dia. Em torno de 250 toneladas/mês.
24 toneladas/mês de plásticos (exceto PET).
10 toneladas/mês de PET.



sede da CAEC pelos próprios geradores, enquanto outros chegam pela coleta feita com os caminhões próprios da cooperativa junto a condomínios residenciais e ou grandes geradores. O time de logística conta com um moderno sistema de navegação e monitoramento por satélite: todos os caminhões possuem GPSs e um software é utilizado para gerenciar os veículos na sede da cooperativa. A cooperada Maria das Mercês organiza os itinerários e monitora os deslocamentos, promovendo alterações nas rotas sempre que há necessidade, como por exemplo quando uma loja tem muito material acumulado. “Antes de usarmos o sistema com GPS não tínhamos como localizar o caminhão mais próximo quando recebíamos demandas urgentes dos clientes. Com o sistema, localizo qual o veículo mais próximo, quem é o motorista e envio a comunicação pelo próprio aparelho”, explica Maria. A iniciativa inovadora diminuiu o tempo de resposta e melhorou a qualidade do

Merecido descanso

Uma solução inovadora da CAEC foi a criação do procedimento das férias para os cooperados. Como a legislação cooperativista não prevê este direito, conceder férias para os associados é uma decisão que cabe a cada instituição. Na CAEC, os cooperados têm direito a trinta dias de férias por ano, período que utilizam para descansar e manter o equilíbrio entre vida pessoal e trabalho.

Outro mecanismo muito útil criado pela CAEC é a folga especial de cinco dias em caso de falecimento de parente de primeiro grau. O período é importante para que a pessoa possa cuidar dos encaminhamentos necessários e reestabelecer seu equilíbrio emocional.

serviço prestado pela cooperativa e é uma **boa prática** que pode servir de inspiração para outras entidades no país.

Higiene, limpeza, saúde e segurança do trabalho

Os cooperados contam com uma grande área de apoio, dotada de bebedouros, banheiros e vestiários. A cozinha é ampla e bem equipada, o refeitório possui espaço adequado e há uma pessoa responsável por esquentar as refeições trazidas de casa.

Todos os associados recebem os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e o treinamento de como utilizá-los e assinam o protocolo que estabelece seu uso obrigatório. A utilização é fiscalizada e os cooperados que não utilizam o EPI são impedidos de trabalhar. Quando isto ocorre, o cooperado é advertido por escrito e em caso de reincidência ele é suspenso, na primeira vez, e desligado do quadro de associados na segunda reincidência – conforme previsto no regimento interno.

A cooperativa está reestruturando as áreas de trabalho para que algumas operações que hoje são realizadas em área aberta (sob o sol) deixem de acontecer: dois galpões cobertos com esteiras para triagem dos materiais serão colocados em operação.

Treinamento e desenvolvimento humano

A CAEC possui uma sala com computadores conectados à internet, com suporte de um técnico para auxiliar as pessoas a acessarem e utilizarem os softwares.

A preocupação com a alfabetização e a educação dos cooperados existe desde o início da cooperativa. Diversos programas educacionais e parcerias foram desenvolvidos ao longo dos anos e obtiveram su-

cesso na alfabetização de adultos. Hoje o trabalho educacional não é promovido diretamente dentro da cooperativa, mas os cooperados são incentivados a participar de projetos nas escolas comunitárias de seus bairros, em especial a de Canabrava, onde reside a maior parte dos associados. Já o treinamento sobre a atuação nas frentes de trabalho e uso de equipamentos é ministrado pelos próprios cooperados para os novos colegas que ingressam na CAEC.

Também são promovidos treinamentos motivacionais pela Assessoria Técnica e são realizadas atividades visando o desenvolvimento do relacionamento interpessoal.

Suporte aos cooperados

A CAEC não possui um programa específico para o tema, no entanto uma cooperativa é responsável por encaminhar os cooperados que apresentem demandas sobre questões pessoais, inclusive de saúde, aos serviços públicos ou de parceiros. Quanto à questão específica de assessoria jurídica, os encaminhamentos são feitos para as instituições de ensino superior. A assessoria técnica estimula os cooperados a manterem seus filhos na escola e trabalha a conscientização sobre o consumo de bebidas alcólicas e drogas.

Aspectos políticos, econômicos e financeiros da organização

Um ponto muito marcante no modelo de negócios da CAEC é seu retrospecto de grande sucesso em estabelecer relações com a iniciativa privada: são mais de 180 parceiros, entre indústrias, shopping centers, supermercados, pequenos comércios e condomínios residenciais.

A parceria com os grandes geradores de resíduos, notadamente os supermercados, as indústrias e os shopping centers, é de importância crucial no desenvolvimento econômico e institucional da cooperativa. Dezesete parceiros disponibilizam os materiais recicláveis que correspondem a cerca de 80% do faturamento da cooperativa. O papelão é, de longe, o material reciclável que tem maior peso na composição do faturamento, com cerca de 250 toneladas comercializadas ao mês. Os clientes deste produto exigem que a CAEC entregue

o material e a cooperativa paga cerca de R\$ 320,00 por frete. Os compradores dos demais materiais retiram os produtos na sede da cooperativa.

Pelo seu porte, a operação da CAEC tem custos elevados. Gastos com energia, água, manutenção de equipamentos e da frota veicular e os pagamentos de funcionários com vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - como os motoristas e operadores de empilhadeiras -, e de diversas assessorias têm grande impacto nos resultados do empreendimento. Dentro deste contexto torna-se fundamental que a cooperativa seja remunerada pelos serviços ambientais prestados à iniciativa privada e ao poder público.

A margem de lucro é formada pelas sobras líquidas da operação em relação ao total faturado. “Atualmente a margem foi reduzida tendo em vista que os custos de operação aumentaram muito e o faturamento da venda do papelão diminuiu”, explica Antonio Bunchaft, Diretor do PANGEA.

Regimento e transparência na gestão

A CAEC possui estatuto e regimento interno no qual estão estabelecidas as funções e obrigações dos cooperados em geral, bem como daqueles que assumem funções burocráticas. Há o arquivo das Atas de



Posse das Diretorias e a cada dois anos é eleito um novo presidente.

Quinzenalmente, são realizadas reuniões para a prestação de contas. Os dados são apresentados de forma didática com o

objetivo de garantir a transparência na gestão dos valores e na divisão do lucro. Nestas reuniões também são discutidos outros assuntos relevantes.

“O regimento normatiza muito bem a di-

Caso de sucesso: A CAEC dentro dos supermercados

A parceria da CAEC com o Walmart é uma experiência que tem obtido resultados interessantes para ambas as partes desde seu início em 2006. Atualmente, 41 lojas do Walmart são atendidas pela CAEC, que aloca 51 cooperados para realizar o serviço de coleta dos resíduos de plástico e papelão gerados pela operação das lojas e, em alguns casos, dos materiais recicláveis levados pelos consumidores. Ao todo, as lojas do Walmart doam cerca de 472 toneladas de papelão e 13 de plástico por mês para a CAEC gerando um faturamento de cerca de R\$ 80.000,00/mês, o que representa aproximadamente 40% do faturamento da cooperativa.

No Hiper Bompreço Iguatemi, localizado no bairro da Pituba, em Salvador, os cooperados trabalham em uma área específica no exterior da loja, onde está localizada uma prensa de propriedade da CAEC. Na opinião de Dona Célia, a relação com os funcionários do Walmart é positiva: “O pessoal aqui respeita muito a gente, como [se fôssemos] qualquer outro funcionário da loja.

Todo o volume de papelão e plástico gerado na loja é encaminhado para este local onde os cooperados prensam e preparam os fardos para posterior comercialização. A retirada do material, em média 10 fardos por dia, é feita pelos caminhões da cooperativa. A cooperativa mantém de 4 a 5 cooperados operando esta estação e o supermercado fornece as três refeições diárias. Os equipamentos de proteção individual são fornecidos pela CAEC.

A Gerente de Operações Luiza comenta que o relacionamento dos associados da CAEC com os funcionários do Hiper Bompreço Iguatemi é ótimo. “Os cooperados são pró-ativos e muito respeitados aqui”, diz. Além disso, os cooperados afirmam gostar muito de trabalhar na loja e se sentem respeitados. Esta relação interpessoal entre cooperados e funcionários das lojas é um dos desafios da parceria. Em alguns casos, a integração de novos cooperados às etiquetas sociais muitas vezes demanda um tempo de maturação, necessário para que o comportamento seja harmonioso e satisfatório para ambas as partes.

Bompreço Canela

Neste supermercado a estação de trabalho, onde papel e papelão são prensados e enfiados, fica no interior da loja, junto à área de estoque. A CAEC também é responsável pela coleta e comercialização. Apenas um funcionário realiza o trabalho.

O Gerente Enoque Dantas relata estar satisfeito com a qualidade do serviço prestado pela cooperativa e que também considera muito importante que a loja cumpra seu papel social.

No bairro Canela os moradores são muito engajados com as questões socioambientais e os contêineres da CAEC disponibilizados no estacionamento da loja recebem muito material reciclável dos consumidores.

Antonio Bunchaft, Diretor do PANGEA, conta que está em discussão um novo arranjo para a parceria. “Foi formulada uma proposta técnica que definiu os parâmetros quantitativos e qualitativos de atendimento. A partir da aprovação desta proposta foram identificadas todas as rubricas da operação, levantados os respectivos custos, comparados aos serviços no mercado e elaborada então a proposta financeira enviada ao parceiro”, explica Antonio.

O objetivo da CAEC é rediscutir os termos da parceria com o Walmart. “As flutuações para baixo dos preços dos materiais recicláveis no mercado torna difícil sustentar os serviços de disponibilização de caixas compactadoras de resíduos, contêineres e cooperados nas lojas somente tendo como contrapartida a doação de papelão e plástico”, comenta Antonio.

visão de responsabilidades e há uma preocupação muito grande com a transparência, principalmente no tocante à prestação de contas”, afirma Cátia Santos da Silva, cooperada que atua como Assistente de Incubação.

Todas as horas trabalhadas pelos cooperados no mês são computadas e somadas. Os custos operacionais são descontados do valor faturado com a venda do material e o saldo é dividido pela soma de horas. Chega-se assim a um valor/hora do mês e cada cooperado recebe de forma proporcional às horas trabalhadas naquele período. A renda mensal dos cooperados hoje está em torno de R\$ 400,00. Percebe-se pela comparação com a renda média obtida por cooperados de outras cooperativas que há na CAEC um campo de oportunidades de melhoria visando o aumento da rentabilidade da operação e consequentemente da renda dos associados.



Assessoria Jurídica & Contábil

A CAEC utiliza prestadores de serviços para a resolução de questões jurídicas e contábeis. O papel do PANGEA é mediar a relação entre a cooperativa e as instituições ou empresas que prestam os serviços. **A terceirização destas atividades foi a solução mais adequada encontrada pelo grupo.**

Na área contábil, as principais demandas estão relacionadas aos processos de regularização dos cooperados junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), órgão responsável pelo programa de Previdência Social brasileiro.

No âmbito jurídico, a conformidade com os marcos regulatórios, assim como questões relacionadas ao reconhecimento formal de novos quadros diretivos e sua representatividade legal, exige que a cooperativa contrate serviços de escritórios de advocacia com experiência em cooperativas. No caso das questões jurídicas de caráter pessoal, o PANGEA e a CAEC auxiliam os cooperados a buscar serviços de assistência mantidos por instituições de ensino superior

Gestão Administrativa e Financeira

A gestão administrativa da CAEC é objeto de atenção especial do PANGEA. A ONG

O TRABALHO DE INCUBAÇÃO, SUAS DIMENSÕES E AS PERSPECTIVAS DE AUTONOMIA

O foco deste capítulo é o trabalho de apoio realizado pela instituição que atua como incubadora, a organização PANGEA, e suas interações com as atividades da CAEC em diferentes dimensões. Se em algumas questões a autonomia da cooperativa já se vislumbra no horizonte - e neste aspecto serve de farol para outras instituições -, por outro existem tarefas que ainda precisarão de apoio por um tempo indeterminado para serem assumidas pelos associados. O PANGEA - Centro de Estudos Ambientais é uma Organização Civil de Interesse Público (OSCIP) fundada em 1996 que desenvolve ações sociais nos campos cultural, ambiental e econômico no estado da Bahia. Sua sede está localizada em Salvador e a instituição mantém atualmente programas nas seguintes áreas: Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Economia Social e Cooperativismo, Educação Ambiental, Protagonismo Juvenil e Turismo Sustentável.



procura estimular a participação de todos os associados nas reuniões administrativas, apresentando ou, pelo menos, discutindo e votando as propostas apresentadas. “O papel da assessoria técnica que fornecemos é mediar as discussões, apontando caminhos e alertando para possíveis consequências. Importante ressaltar que a atuação restringe-se à mediação, pois não temos poder deliberativo, nem voto nas decisões. Isto é, as decisões são sempre dos cooperados. Esta é uma prerrogativa do trabalho desenvolvido pelo PANGEA”, conta Paulo Medeiros, consultor da ONG.

Já a administração financeira é realizada de forma mais autônoma pela CAEC. Neste caso, não há a necessidade da assessoria técnica do PANGEA acompanhar as atividades de forma tão próxima quanto na gestão administrativa.

Operações e Logística

Dois técnicos do PANGEA atuam na assessoria das Operações. Eles são responsáveis por auxiliar a organização dos itinerários da frota de caminhões da CAEC, colaborando para garantir a qualidade dos serviços operacionais de coleta no dia a dia.

No âmbito institucional, a incubadora e a cooperativa dividem um termo de respon-

sabilidade compartilhada junto a *shopping centers* e varejistas parceiros. Por este termo, os geradores de resíduos recebem o serviço, a cooperativa o presta e o PANGEA cumpre o papel de avalista da qualidade do serviço. “Embora em nossa metodologia nosso papel seja o de incubar, atuamos também desta forma para atender às condições destas parcerias. Com o tempo, a tendência é que esta relação deixe de ser necessária”, conta Paulo.

Educação ambiental

Nos anos iniciais da cooperativa, o PANGEA desenvolveu um trabalho de educação ambiental voltado ao público jovem, sensibilizando moradores de condomínios residenciais a separar o material reciclável para recolhimento. A iniciativa rendeu frutos e parcerias que duram até hoje para a CAEC.

Qualidade de vida e relacionamento para o trabalho

No momento de elaboração dessa publicação, O PANGEA iniciou um trabalho com o intuito de promover atividades motivacionais, construindo desta forma um sentimento de pertencimento e também colaborando com a melhora da qualidade de vida dos cooperados. O assessor técnico informa que essa fase tem como objetivo conhecer o grupo de catadores, e depois desenhar um plano que atenda às principais necessidades individuais e coletivas do grupo.

Transparência e governança no cooperativismo

Como em outras dimensões, o papel do PANGEA é mediar o diálogo e estimular que as ações de governança na CAEC se desenvolvam sob premissas democráticas e com transparência. Desta forma, foi incorporada à rotina a realização de uma pré-reunião de prestação de contas, com a presença dos diretores administrativo e fiscal, dos coordenadores de trabalho e dos assistentes de incubação da cooperativa, com a mediação de técnicos da PANGEA. Nestes encontros, é realizada uma prestação de contas preliminar e é discutida a expectativa de distribuição de lucros do período.

GUIA RÁPIDO



Soluções e boas práticas da CAEC relacionados à gestão e negócios

- A estratégia de estabelecer parcerias com a iniciativa privada foi bem-sucedida, com acordos firmados com diferentes setores como comércio, indústrias e condomínios residenciais.
- Com a mudança do cenário econômico, a cooperativa diagnosticou a necessidade de cobrar pelos serviços ambientais prestados à iniciativa privada. Foram realizados estudos para embasar as negociações em andamento.
- A cooperativa direciona esforços na diversificação de produtos, apostando em itens de maior valor agregado

- para avançar na cadeia e já conta com um pequeno parque fabril.
- O emprego de tecnologia GPS melhorou a qualidade do serviço logístico, principalmente dos transportes, capacitando a cooperativa a atender as demandas dos parceiros.
- O estabelecimento de férias e licença em caso de falecimento de parente em primeiro grau é um benefício que contribui para o equilíbrio entre vida pessoal e trabalho dos cooperados, aumentando o engajamento e o sentimento de pertencimento dos indivíduos.

Principais desafios da CAEC relacionados à gestão e negócios

- Diversificar o portfólio de produtos e serviços comercializados, aumentando a rentabilidade da operação e a renda média dos cooperados.
- Colocar em operação todas as unidades do seu parque industrial com excelência, capacitando seus cooperados a explorar ao máximo o potencial de negócios da área fabril.
- Ampliar a expertise em marketing, prospecção de

- clientes, para que a chegada dos novos produtos ao mercado tenha sucesso e contribua para o negócio.
- Implementar um método de treinamento com o objetivo de assegurar que a integração de novos cooperados nas estações de trabalho nos supermercados se dê sempre da forma mais harmoniosa possível, provendo-os das capacidades comportamentais condizentes com as situações que enfrentarão no dia a dia de trabalho.

Boas práticas, destaques e soluções gestados na relação entre o PANGEA e Cooperativa

- A incubadora participa nas discussões sobre prestação de contas e gestão administrativa para garantir o espaço de diálogo. Esta é a atividade em que o período de incubação tem potencial de se prolongar por mais tempo, pois sem a mediação externa a relação torna-se muitas vezes conflituosa entre os cooperados.
- A incubadora acompanha e media a relação com prestadores de serviço como escritórios de contabilidade e direito. No entanto, os associados já realizam grande parte da operação sem o auxílio do PANGEA e um futuro de auto-suficiência se avizinha.

- O trabalho de operações e logística também é feito de maneira razoavelmente autônoma: embora haja participação do PANGEA, a CAEC realiza as operações quase sem precisar de suporte. No entanto, foi necessária a participação do PANGEA como avalista das parcerias para coletas de materiais nos supermercados.
- A incubadora está iniciando um trabalho motivacional para os recursos humanos da cooperativa que visa melhorar a integração e desenvolver as competências ligadas ao equilíbrio no relacionamento interpessoal.

FUTURA

COOPERATIVA DE RECICLAGEM FUTURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - FUNDAÇÃO: 2002 - São José dos Campos, SP - Parceira da Prefeitura Municipal



De mãos dadas com o município

Como catadores de materiais recicláveis e a assistência social municipal mobilizaram o Poder Público e construíram uma organização efetiva na geração de valor

HISTÓRICO, PRESENTE E FUTURO

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS É UMA CIDADE LOCALIZADA A 94 KM DE SÃO PAULO. Entrecortada pela rodovia Dutra, que liga os dois principais centros econômicos do país, a cidade logrou substituir o desenvolvimento econômico baseado na produção cafeeira por uma economia industrial dinâmica e robusta. Ao longo do século XX, instalaram-se diversas empresas como a Panasonic, a Johnson & Johnson, a General Motors, a Petrobras e a Embraer. Além disso, importantes centros de ensino e pesquisa também foram alocados na cidade, como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA da FAB) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre outros.

Com um IDH de 0,849, São José dos Campos estaria na 30ª posição no Ranking de Desenvolvimento Humano elaborado pelas Nações Unidas caso fosse um país - apenas duas posições abaixo do Reino Unido.

Com este ambiente econômico e intelectualmente rico, não é de se surpreender que a coleta seletiva fosse implementada de maneira pioneira. No ano de 1989, a cidade deu início a seu programa e, desde então, a conscientização da população sobre a importância de segregar os materiais se tornou parte da cultura da cidade.

Esta percepção disseminada de que havia valor nos materiais recicláveis se traduziu também no entendimento de que a catação era uma alternativa de geração de renda para aqueles que se encontravam desempregados. Em 2003, um ano de baixo crescimento econômico para o país, a prefeitura começou a receber muitas reclamações da população, que afirmava que os catadores estavam abrindo e revirando os sacos de lixo antes da coleta ser realizada pela URBAM, a companhia urbanizadora municipal. Para evitar o acúmulo e dispersão dos materiais pelas ruas, a empresa passou a alterar os horários de coleta, medida esta que se mostrou ineficaz, pois os catadores descobriam os novos horários e se antecipavam.

Frente ao problema, a prefeitura precisava agir. "Dentro da prefeitura, discutiram-se dois caminhos para resolver a questão: a abordagem social ou a aplicação da lei, que estabelece que os resíduos são patrimônio municipal. A prefeitura resolveu apostar em

um trabalho social e, em 2004, começamos a realizar o cadastro dos catadores, iniciando o trabalho de pesquisa que permitiria a construção desta abordagem", conta Maria do Carmo Fuga, assistente social da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS).

A pesquisa teve início em julho de 2004 e terminou em maio de 2005, levantando dados sobre 171 cadastrados. Informações como a renda média diária, o mapeamento dos pontos de catação na rua, o valor pago pelos ferros velhos, o peso médio carregado diariamente (cerca de 250 quilos) e os horários e roteiros de catação passaram a ser de conhecimento da secretaria. "Um dos aspectos mais cruéis que constatamos foi o fato de que os donos de ferro velho ludibriavam os catadores ao comprar o material, pagando valores não correspondentes ao peso. Como os catadores não sabiam fazer operações aritméticas era fácil enganá-los. Além disso, alguns catadores que moravam na rua não eram pagos em dinheiro, mas em cachaça", afirma Maria Quitéria de Freitas, Diretora da SDS.

O cadastro tinha uma pergunta sobre o interesse da pessoa em formalizar sua atuação ou não. Desta maneira, a prefeitura se concentrou naqueles que desejavam atuar de maneira organizada e formal e que viviam somente da catação. Com base nestes critérios, foram selecionados 62 catadores e a Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP) foi chamada para prestar uma consultoria para este grupo inicial.

Em setembro de 2005, o professor Nemísio Antônio de Souza, da OCESP, iniciou o trabalho de discussão e desenvolvimento com os futuros cooperados e em novembro do mesmo ano a Cooperativa Futura foi fundada.

"Desde o início houve uma grande preocupação da nossa parte com a total conformidade da cooperativa com todos os aspectos legais do empreendimento social. Colocamos como contrapartidas primordiais o atendimento de 100% da legislação - e para isto fornecemos apoio jurídico para a instituição - e o profissionalismo na prestação de contas. Foram aspectos fundamentais para que a prefeitura pudesse fornecer apoio financeiro e técnico e também para que estimulássemos a participação da iniciativa privada no projeto", conta Kiko Sawaya,



Secretário de Desenvolvimento Social do município. Seguindo os devidos trâmites, a cooperativa foi registrada na Junta Comercial em janeiro de 2006 enquanto, paralelamente, a prefeitura avançava na articulação com o setor privado para angariar os apoios necessários para a Futura começar a operar.

No final do mês de março de 2006, a prefeitura alugou um galpão para a Cooperativa Futura e começaram a surgir os primeiros parceiros: a Johnson & Johnson doou uma prensa e o Sindicato do Comércio Varejista produziu carrinhos e os doou para a cooperativa.

Além disso, foi montada uma estratégia para que a transição do modelo de catação na rua para o modelo de cooperativa fosse bem-sucedida. A prefeitura, com o objetivo de garantir uma vida digna, criou um pacote de benefícios incluindo complementação de renda, distribuição de cestas básicas e fornecimento de vales-transporte. “Partimos da premissa de que o poder público precisaria apoiar inicialmente de forma direta, complementando a renda para que eles pudessem sobreviver, e posteriormente para que conseguissem capitalizar a cooperativa”, explica Maria do Carmo.

“Foi uma medida muito importante pois não tínhamos certeza da renda que obteríamos da cooperativa no final do mês. No começo, havia meses em que a distribuição de lucros era muito baixa e a complementação foi fundamental para mantermos o grupo unido no desenvolvimento da Futura. Além disso, a

própria decisão de largar a catação de rua e acreditar na cooperativa foi muito difícil, pois caso tivéssemos que retornar não teríamos mais os pontos. Foi uma decisão muito arriscada para todos nós”, conta a cooperada Joana D’Arc Gonçalves, Coordenadora da Futura.

Após ser iniciado em março de 2006, o programa de complementação de renda foi oferecido por dois anos, limite máximo permitido pela lei municipal. A cesta básica também deixou de ser fornecida em 2008 e o vale-transporte foi entregue até 2009. “Preparamos as pessoas para a retirada destes instrumentos de apoio, enfatizando que tais artifícios são empregados até que se atinja determinado nível de renda, inclusive porque existe a necessidade de outros grupos de maior vulnerabilidade receberem estes benefícios”, conta Maria do Carmo.

Outro aspecto fundamental da abordagem do poder público foi o investimento em capacitação, qualificação e educação. A manutenção de um espaço permanente de ensino com infraestrutura adequada, com carteiras e lousa de qualidade, proporcionou um ambiente de crescimento, onde foram desenvolvidas não só questões relacionadas à capacitação para o cooperativismo, mas também cursos de alfabetização de jovens e adultos em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

“A Futura deu certo porque já começou nos capacitando: tivemos o curso de cooperativismo onde ganhamos noções de administração. De lá para cá, tivemos um crescimento pessoal muito grande e, até hoje, quando sentimos necessidade, buscamos capacitação”, afirma Joana. Ela relata que nunca havia usado um computador e hoje se sente confortável na hora de montar planilhas no MS-Excel.

Apesar dos avanços, os anos de 2006 e 2007 também foram marcados por alguns percalços: dois presidentes da cooperativa foram afastados por causa da má administração. Diante disso, aumentaram-se os controles sobre os pagamentos e os processos contábeis.

No ano de 2007, a Futura conseguiu fazer valer o Decreto Presidencial nº 5.940 de 25 de outubro de 2006, que estabelece que os órgãos públicos federais devem separar seus resíduos recicláveis e destiná-los às cooperativas de catadores. Para tanto, foi necessária a intervenção do Procurador Federal Ricardo Baldani Oquendo, que organizou um seminário com o intuito de aumentar a conscientização das instituições sobre o decreto e promover o ajustamento de conduta das mesmas.

No ano seguinte, com a queda no preço do papelão, os cooperados decidiram aumentar a quantidade de horas de trabalho. A ideia era compensar o menor valor do papelão com um volume de vendas maior e para isso foi necessário criar mais um turno de trabalho. A estratégia deu certo e a cooperativa atravessou o ano de 2008 mantendo de forma razoável seu rendimento médio. Devido ao caráter emergencial, a prefeitura também voltou a ceder vales-transporte de maneira temporária.

Em 2009, a Futura promoveu, com apoio da Prefeitura, o III Encontro Regional dos Catadores do Vale do Paraíba, recebendo mais de 200 catadores em São José dos Campos. A Futura vinha dedicando esforços a esta articulação desde 2007, quando a aproximação com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis se intensificou e foi formado o Comitê de Catadores do Vale do Paraíba.

No final deste mesmo ano, a Futura enviou uma proposta para a Fundação Banco do Brasil, que mantinha um projeto de apoio ao fortalecimento da infraestrutura de cooperativas de catadores. A proposta foi aprovada e, em 2010, foi possível equipar a cooperativa com novas prensas, uma empilhadeira, uma esteira, um triturador de vidro, um triturador de papel e dois novos caminhões – um de quatro toneladas e meia e outro de menor porte, necessário para circular em áreas restritas da cidade. Além disso, o projeto contemplava também a contratação de uma capacitação e de uma assessoria para treinar os cooperados a lidar com finanças. Este conjunto de investimentos aumentou a capacidade de produção da organização e contribuiu bastante com seu desenvolvimento institucional.

Sobre a SA 8000

A SA 8000 é uma certificação que estimula as organizações a desenvolver, aplicar e sustentar determinados padrões sociais no ambiente de trabalho. Foi estabelecida em 1997, pela Social Accountability International (SAI), e o conselho consultivo envolvido no seu desenvolvimento contou com a participação de sindicatos, ONGs e empresas.

A SA 8000 segue o modelo das certificações ISO e requer que as organizações aprofundem seu comprometimento com padrões sociais, indo além da conformidade com as legislações locais. Está baseada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Convenção dos Direitos da Criança da Nações Unidas e nas normas de direitos humanos da Organização Internacional do Trabalho.

Estabelece padrões elevados de integridade para as seguintes categorias: trabalho infantil, trabalho forçado, saúde e segurança, liberdade de associação e negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horário de trabalho, remuneração e sistemas de gestão.

O ano de 2011 seria pródigo em realizações. Em junho, a Futura firmou um convênio com a Secretaria de Serviços Municipais, assumindo a operação dos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) da cidade e sendo remunerada por este serviço. Os PEVs começaram a ser implantados em 2009, como parte do sistema integrado de gestão dos resíduos da construção civil destinada a receber o material de pequenos geradores e usuários domésticos que geram até um metro cúbico de resíduos. (Leia mais sobre os PEVs no Box abaixo).

No mês de setembro, a Futura se tornou a primeira cooperativa brasileira a receber a certificação internacional SA8000 (*Social Accountability Internacional*). A iniciativa teve apoio da Johnson & Johnson, parceira desde a sua fundação. A norma estabelece padrões de conformidade referentes à responsabilidade social como: ausência de trabalho escravo, infantil e compulsório; ausência de discriminação de qualquer natureza; práticas e métodos disciplinares e relacionados à saúde e segurança do trabalho; liberdade de associação e negociação; cumprimento de horários de trabalho; mecanismos de remuneração e sistemas de gestão. Para manter a certificação, são feitas auditorias de três em três meses e as pendências sinalizadas geram planos de ação para a resolução das questões até a próxima inspeção. “Além dos evidentes benefícios internos, esta certificação permite que a Futura venda seu material para diversas empresas socialmente responsáveis, formando uma cadeia produtiva e conseguindo uma remuneração superior à praticada pelo mercado”, explica Maria do Carmo.

No final do ano, no mês de novembro, mais uma boa notícia: a Rede Catavale foi fundada, depois de um período de articulação. O grupo

é formado por oito cooperativas do Vale do Paraíba, entre elas a Futura, que ficou responsável por escrever o projeto solicitando recursos à Fundação Banco do Brasil, em especial para a aquisição de dez caminhões.

Com a formação da rede, outras oportunidades se abrem para as oito cooperativas. O volume de produção amplificado permite, por exemplo, comercializar materiais com maior valor, como os resíduos de embalagem longa vida, para os quais já existem indústrias interessadas. Além disso, com os caminhões é possível oferecer o serviço de coleta às prefeituras da região, dentro do contexto da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos. A Fundação Banco do Brasil também apoiou a contratação de consultores de logística, que já iniciaram seus trabalhos, com o objetivo de sistematizar e padronizar o uso dos caminhões pelas diversas cooperativas que integram a rede.

Futuro

Além de boas perspectivas, o futuro reserva a cooperativa uma série de desafios. **No âmbito da Rede Catavale**, será necessário apoiar as outras cooperativas para que alcancem o mesmo nível de conformidade com as diversas legislações que permeiam as atividades do setor. Esta é uma questão importante, pois é de fundamental importância a adequação à legislação para a obtenção dos recursos oriundos de parceiros públicos e privados que contribuem com a ampliação da capacidade operacional e produtiva da rede. A obtenção da certificação SA8000 pelas outras cooperativas da Catavale, por exemplo, poderia ter uma consequência direta no dia a dia dos cooperados inclusive pelo seu potencial de gerar novas oportunidades de negócios.

Sob o ponto de vista do desenvolvimento dos negócios, a Futura tem duas iniciativas que devem ganhar peso em breve. A primei-

ra é o programa 'O futuro nas mãos da Futura' consiste em prestar o serviço de coleta seletiva em treze bairros da cidade que não recebem este serviço da URBAM. O projeto propõe uma remuneração de R\$ 350,00 por tonelada coletada, valor inferior ao que é pago para a URBAM atualmente, que é de R\$ 520,00 por tonelada. A proposta já foi enviada e está sob análise da prefeitura.

A outra iniciativa é melhorar a produção do fertilizante de adubo feito a partir do composto orgânico das podas do município. Atualmente os cooperados não contam com uma estrutura adequada para aproveitar o potencial de comercialização do produto. A Futura procura conseguir a doação de um triturador, para que seja possível aumentar a produção e, desta forma, o faturamento e a renda dos catadores.

Por último, no âmbito institucional, duas ações são prioritárias. A primeira é garantir a doação, por parte da prefeitura, de um terreno para a construção da sede própria da cooperativa. A cooperativa aguarda a definição sobre a solicitação de doação de terreno que fez à prefeitura. Uma vez doado o terreno, a entidade terá um prazo legal de dois anos para demonstrar que está utilizando-o de maneira efetiva para que a posse seja garantida e a doação confirmada.

A segunda questão é criar mecanismos efetivos que promovam a integração dos catadores autônomos à cooperativa, seja pelo ingresso como cooperado ou pela venda do material que recolhem para a Futura. "Já estivemos nesta situação e sabemos das dificuldades. Entendemos que nosso papel é tentar ajudá-los, demonstrando os benefícios do trabalho organizado e formal", conclui Marilda Lourenço, Cooperada e Conselheira Administrativa.

A coleta seletiva como ela é

A coleta seletiva é realizada pela URBAM (Urbanizadora Municipal SA), empresa de economia mista fundada em 1973 que tem a Prefeitura de São José dos Campos como acionista majoritária. O serviço atende cerca de 90% do município e nos bairros onde não há a coleta porta a porta a empresa disponibiliza ecopontos. Ao todo, são coletadas cerca de 50 toneladas por dia e a triagem é realizada por 186 funcionários concursados, cuja renda é de cerca de R\$ 700,00 por mês. Como o ganho obtido com a venda dos materiais não cobre os custos operacionais, a prefeitura paga à URBAM R\$ 520,00 por tonelada coletada.

PEVs pioneiros na região

Os Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) são estações de entrega de resíduos, localizadas em áreas públicas com cerca de 600 m2 cada uma, estabelecidas com o objetivo de evitar o despejo de entulho em locais impróprios e direcionar este tipo de material para a reciclagem.

Foram criados para atender a determinação da Resolução Federal 307/2006 e fazem parte do sistema de gestão de resíduos da construção civil, recebendo apenas um metro cúbico de material. Desde 2009, quando o primeiro PEV foi inaugurado no bairro Campo dos Alemães, a população pode dar a destinação correta, de forma gratuita, aos seguintes resíduos: restos de obras de construção, móveis, equipamentos domésticos, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, restos de poda, tinta e óleo de cozinha.

"Atualmente temos 11 PEVs em funcionamento e mais quatro em processo de abertura. O projeto é chegarmos a 21 PEVs para atendermos todas as áreas da cidade, que gera 1.200 toneladas por dia apenas de resíduos da construção civil", afirma o engenheiro civil Marlian Machado, Secretário de Serviços Municipais.

Uma parte dos resíduos recolhidos nos PEVs volta às ruas: cerca de 50% do material britado a ser utilizado na pavimentação de vias públicas realizada pela prefeitura é reciclado pela empresa especializada em resíduos da construção civil que tem contrato com a prefeitura. Uma das cláusulas da licitação obriga a fornecedora a utilizar tanto o material oriundo dos PEVs quanto aquele recolhido em locais impróprios – a prefeitura tem mapeado mais de 100 locais de descarte irregular na cidade, situação esta que tende a mudar com a implantação de mais PEVs, além de uma maior fiscalização sobre os grandes geradores e aumento do grau de conscientização da população.

CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS DA ORGANIZAÇÃO FUTURA

Regularidade Legal e Documentação

A futura tem toda a documentação atualizada, legalizada e disponível em locais de fácil acesso a todos os cooperados - itens fundamentais para a obtenção e manutenção da certificação SA 8000.

A contribuição ao INSS é patronal (e não é individual) uma vez que os cooperados são os proprietários da organização.

Infraestrutura, máquinas e equipamentos

Recursos Humanos: média de 120 cooperados (distribuídos no galpão, loja hipermercado e PEVs)

A Cooperativa tem um contrato com a Prefeitura é responsável pelo pagamento do aluguel do galpão, das contas de água, energia elétrica, telefone e internet. A cooperativa aguarda a doação de uma nova sede com instalações mais amplas, uma vez que o espaço atual já não comporta o volume de material a ser processado e

as áreas dos banheiros, vestiários e do refeitório são reduzidas. O espaço para armazenamento dos fardos de materiais prontos para a venda também é pequeno.

A frota é composta por 3 caminhões. **Máquinas e Equipamentos:** 1 empilhadeira e 2 prensas.

Processos produtivos, estocagem e transporte de insumos e produtos

Cooperativa: 68 cooperados. A renda mensal por cooperado varia entre R\$ 798,00 a R\$ 1.300,00, pois os membros da administração recebem um valor adicional. O material oriundo da coleta seletiva dos grandes geradores é recolhido pelos caminhões da cooperativa e levado para o galpão, depois é triado, através da utilização de esteiras, e direcionado para a prensagem – em média 30 cooperados atuam nessa tarefa. Os itens categoricamente separados - papel, plástico, vidro, metais e eletroeletrônicos - são dispostos em áreas segregadas ou contêineres, localizados na parte frontal do galpão e assim estão prontos para serem enviados aos compradores. Os outros 38 cooperados trabalham em atividades como a coleta, prensagem, movimentação interna, gestão de logística e de serviços aos hipermercados.

A secretaria da cooperativa é responsável por planejar a rota dos caminhões de



acordo com a necessidade de retirada de material dos aproximadamente 30 parceiros – entre hotéis, empresas, restaurantes, indústrias e órgãos da iniciativa pública (INPE, Receita Federal, Prefeitura e Ministério Público, entre outros). A programação da rota é feita com a anuência dos doadores e só é alterada se há alguma ocorrência ou se há um novo ponto de retirada de material.

PEVs: 42 cooperados (6 por ponto) são disponibilizados pela cooperativa para trabalhar na gestão dos Pontos de Entrega Voluntária. A renda mensal por cooperado, igual para os que estão no galpão, varia entre R\$ 798,00 a R\$ 1.300,00 (trabalhadores chamados regulares a administradores gerais). Os cooperados são responsáveis por checar todo o material entregue, garantindo que são oriundos de obras realizadas por pessoas físicas. São recebidas, em média, 450 toneladas de entulho por dia. Os cooperados também fornecem informações à população no que tange à correta destinação dos resíduos sólidos secos, os quais devem ser destinados à coleta seletiva ou aos ecopontos do município. São responsáveis também, em coordenar com a URBAM e demais empresas parceiras a remoção e destinação correta dos materiais.

Produção do adubo: 7 cooperados participam dessa atividade cuja renda é a mesma dos demais. Os cooperados cuidam da área onde o resíduo verde, oriundo da poda do muni-

cípio, é levado. O trabalho consiste no manejo dessa matéria orgânica para a produção de adubo e também organizar a matéria depositada diariamente para facilitar o processo de decomposição e geração de adubo.

Estação de Hipermercado: Através de contrato com a Futura, a empresa tem a responsabilidade de remunerar mensalmente 02 cooperados que trabalham na estação de entrega de materiais recicláveis, o chamado ecoponto. Os cooperados recebem R\$ 798,00 mensais e tem como atividades: a recepção e checagem dos materiais e a retirada do material da loja, além de orientar os clientes sobre os materiais que podem ser doados. O Hipermercado doa para a cooperativa, além do material dos ecopontos, todo o seu material promocional para ser reciclado.

Higiene, limpeza, saúde e segurança do trabalho

Os itens aqui abordados fazem parte dos requisitos avaliados pela certificação SA8000 e, de acordo com a última auditoria, todos estão em conformidade com a mesma. O uso dos EPIs já faz parte da rotina dos cooperados. Além disso, instruções sobre aspectos de saúde e segurança são visíveis nos ambientes da cooperativa, que disponibiliza bebedouro de qualidade em local de fácil acesso. Com relação aos aspectos de higiene, os banheiros e vestiários são limpos e organizados.

Treinamento e desenvolvimento humano

A Futura possui uma sala de aula em suas dependências e, por meio de uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação, que disponibiliza professores e material didático, os cooperados recebem aulas duas vezes por semana (4 horas cada), e ao final do ciclo recebem o certificado de alfabetização e/ou informática. As horas em sala de aula são consideradas como horas trabalhadas e os temas estão de acordo com a Normas da Secretaria de Educação.

Responsabilidade Social

Ainda relacionados com a certificação, os aspectos 'trabalho infantil', 'trabalho forçado' e 'discriminação' fazem parte das exigências relacionadas à responsabilidade social. Os

cooperados não fazem desses itens apenas requisitos a constar no papel – eles cobram uns dos outros o respeito no local de trabalho. Mesmo antes da certificação, já havia no estatuto da cooperativa um dispositivo contrário à prática de qualquer tipo de discriminação, seja esta relacionada à cor, raça, gênero ou preferência sexual. Na história da Futura existem três casos de expulsão devido a atos discriminatórios.

Aspectos políticos, econômicos e financeiros da organização

A cooperativa possui, em seu organograma os cargos de Presidente, Vice-presidente e uma Secretária (também responsável pela tesouraria e por lidar com o escritório de contabilidade); três conselheiros administrativos e três conselheiros fiscais, além de três conselheiros fiscais suplentes. A eleição para presidente é realizada a cada dois anos e, a partir de 2013, será de 03 em 03 anos. Reuniões de prestação de contas são feitas todo final de mês e os números são informados por via oral e escrita – os conselheiros auxiliam na prestação de contas, que é fixada em um mural. Assembleias são realizadas para as eleições ou em casos pontuais, quando há alguma grande questão a ser debatida.

A cooperativa Futura abre espaço para que cooperados que queiram tirar dias de descanso o façam – muitos cooperados passaram a tirar 10 dias de descanso não remunerado.

Os números (médios) de comercialização mensal são: 15 toneladas de papelão; 5 toneladas de plástico duro; 5 a 8 toneladas de papel branco; 32 toneladas de sucata de ferro e 3 toneladas de eletroeletrônicos. O plástico flexível não é comercializado todos os meses e é armazenado para ser vendido quando apresenta volume que viabilize o frete de forma competitiva.

Com relação à venda dos eletroeletrônicos, a comercialização pode ser realizada de duas formas: ou são vendidos por sua massa total ou são vendidos para pessoas que vão até a cooperativa em busca de itens e componentes específicos para utilizar ou revender.

Além dos compradores regulares dos materiais recicláveis comercializados, ou seja, indústrias recicladoras e intermediários de grande porte, a cooperativa mantém contato com possíveis clientes para os momentos em que o produto não é adquirido pelos compradores usuais - garantindo assim a entrada de recursos nestes meses, mesmo que o valor re-

cebido por tonelada de material seja menor.

O valor arrecadado com a venda de eletroeletrônicos é direcionado para a poupança da cooperativa e é utilizado para suprir as baixas no fluxo do caixa, ocasionado pelas quedas nas vendas de materiais recicláveis que geralmente ocorrem no final do ano.

Pelo convênio estabelecido com a prefeitura para prestar o serviço de operação dos 7 PEVs, a cooperativa recebe cerca de R\$ 17 mil mensais por ponto. O valor pago por PEV foi calculado de maneira a garantir renda de pelo menos 1 salário mínimo aos cooperados e fornecer equipamentos de segurança individual entre outros itens fundamentais para a execução do trabalho, além de cobrir os demais custos operacionais. A instalação de mais 4 PEVs já está em andamento.

Com relação ao resíduo verde, originado da poda realizada pela prefeitura e pela concessionária de energia, a cooperativa possui hoje uma parceria com a prefeitura para a venda do material proveniente da compostagem desse material orgânico. O material é vendido para empresas que possuem marca de adubos orgânicos por R\$0,50/kg. A produção é, em média, de 10 toneladas/semana.

A cooperativa Futura não possui funcionário em regime de contratação CLT – todos os agentes que atuam nos processos são cooperados (inclusive os motoristas).



DIMENSÕES PARA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE APOIO E INCUBAÇÃO

A Secretaria de Desenvolvimento Social foi o agente incubador essencial na história da cooperativa Futura, desde a pesquisa inicial para identificação e mapeamento dos catadores, passando pelo estabelecimento de valores que foram incorporados pelos cooperados – como a total conformidade regulatória e a valorização do conhecimento – até a articulação com a iniciativa privada em diversos projetos.

As operações rotineiras não necessitam mais da participação do time da SDS, que restringe sua participação à orientação estratégica relacionada a questões pontuais, como a formação da rede Catavale, a busca por financiamentos ou demandas jurídicas correlatas às atividades da Futura.

Assessoria Jurídica & Contábil

A SDS atua fazendo a ligação com profissionais voluntários para o atendimento das questões jurídicas relacionadas aos cooperados - dessa forma foi obtida a aposentadoria do primeiro catador da Cooperativa. A segurança jurídica de todas as atividades da cooperativa é garantida pela análise prévia do departamento jurídico da prefeitura antes que qualquer projeto seja colocado em operação. Quanto às questões contábeis, a cooperativa contrata um escritório de contabilidade para realizar o serviço e os próprios cooperados lidam com o fornecedor.

Gestão Administrativa e Financeira

A gestão é feita pelos cooperados. A incubação aponta caminhos para o planejamento estratégico, a diversificação de serviços, a obtenção de recursos para infraestrutura e na conseqüente redação dos projetos apresentados ao poder público.

Atua também na interlocução com membros de instituições federais, como o Ministério Público, e na busca e seleção de

profissionais de alto gabarito para efetuar as capacitações necessárias.

Operações e Logística

Não há participação da incubadora - a própria cooperativa coordena sua rota de retirada de material nos doadores.

Educação ambiental

A própria cooperativa e a URBAM realizam o trabalho de conscientização da população dos bairros onde os diversos serviços ambientais são oferecidos.

Qualidade de vida e relacionamento para o trabalho

Quando um novo associado entra para a cooperativa, a assistente social visita sua residência para observar os aspectos que necessitam de apoio, que é feito por meio dos programas sociais do município. Atualmente, a SDS concentra esforços na inclusão social dos catadores que também são moradores de rua, parcela esta que apresenta alto índice de alcoolismo, entre outros problemas de saúde e sociais graves.

Transparência e governança no cooperativismo

A SDS não participa das reuniões de prestação de contas e não interfere nos processos de governança da cooperativa. O grande esforço realizado desde a formação da Futura no sentido de proporcionar aos cooperados formação em cooperativismo resultou na independência dos cooperados nesse sentido.

GUIA RÁPIDO



Soluções e boas práticas da Futura

- O investimento constante em educação e capacitação promoveu o desenvolvimento das competências individuais que formam a base para a autonomia dos catadores apresentado na operação do negócio e também da cultura organizacional que valoriza o conhecimento, a pró-atividade e o senso de construção coletiva das atividades. O estabelecimento de uma sala de aula com mobiliário adequado e de qualidade situada ao lado da administração permitiu que as iniciativas de caráter educacional e profissionalizante fossem realizadas a contento e explorassem o potencial de desenvolvimento dos indivíduos.
- O estabelecimento de uma sala de aula com mobiliário adequado e de qualidade situada ao lado da administração permitiu que as iniciativas de caráter educacional e profissionalizante fossem realizadas a contento e explorassem o potencial de desenvolvimento dos indivíduos.
- A obtenção da certificação SA8000 não só descortina oportunidades de negócios como apresenta um

- impacto positivo nas relações humanas dos cooperados e fortalecem uma cultura de constante avaliação.
- Mesmo antes da certificação, o estatuto da Futura já apresentava um dispositivo para coibir práticas discriminatórias, uma necessidade constatada pelos cooperados devido a atos de agressividade relacionados à prática homoafetiva feminina, ocorrência comum neste segmento da população na cidade de São José dos Campos.
- A articulação institucional para buscar e firmar parcerias externas desencadeou processos que aprimoraram a cultura organizacional.
- Capacidade de buscar parcerias externas.
- Tempo estabelecido de apoio dado pela Prefeitura à cooperativa, como no caso da complementação de renda necessária nos primeiros anos de trabalho.
- A integração com programas sociais do município para a inclusão e formação de rede de proteção aos catadores foi eficaz em garantir assistência nos momentos cruciais e se ateu a períodos necessários, estimulando a autonomia da cooperativa.

Principais desafios da Futura

- Proporcionar mecanismos de integração aos catadores autônomos, oferecendo oportunidade para aqueles que sofrem as consequências de atuar na informalidade, situação crítica pelo qual já passaram todos os cooperados.
- Aprimorar constantemente o serviço de coleta seletiva nos bairros pois é uma operação desafiadora, visto que envolve uma prestação de serviço com qualidade que satisfaça não apenas o contratante, mas também a população.
- Apoiar a Rede Catavale para que todos os envolvidos possam estar legalizados e formalizados. Em um segundo momento, a Rede terá que superar todos os desafios intrínsecos à realização de operações conjuntas por pessoas jurídicas diferentes, incluindo a comercialização de materiais recicláveis.
- Aumentar a produtividade e a contribuição da comercialização de adubo, por meio de investimentos na capacidade de produção e na eficiência da operação.

REDE CATA VIDA

REDE CATA VIDA - FUNDAÇÃO: 2001 - Sorocaba e Município da região - Parceria entre Cooperativas



A união fez a força

Uma região, diversas organizações, o mesmo problema. A solução? Unir esforços e aprender a comercializar em conjunto, atuando em rede.

HISTÓRICO, PRESENTE E FUTURO

A HISTÓRIA DA REDE CATA VIDA COMEÇOU A SER ESCRITA EM 1999, NA CIDADE DE SOROCABA/SP. Com cerca de 600 mil habitantes, Sorocaba é o quarto município mais populoso do interior do estado de São Paulo. Sua microrregião é integrada por quatorze cidades, - com uma população total estimada em 1.300.000 habitantes -, e é considerada uma representante significativa da atividade industrial no Estado, condição favorecida pela localização privilegiada, entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas e com acesso a vias de escoamento da produção, como a rede ferroviária e as rodovias Raposo Tavares, Castelo Branco e Santos Dumont.

Em 1999, o Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania (CEADEC) - uma ONG com foco no desenvolvimento de projetos de geração de emprego, renda e na assessoria a empreendimentos autogestionários - iniciou, em parceria com membros da Igreja Católica, um trabalho social com a população desempregada e em estado de vulnerabilidade social na região norte da cidade.

“Promovemos reuniões nas igrejas e em todas as discussões surgia a demanda, por parte da população, de se trabalhar a questão das cooperativas de catadores. Ficou claro, desde o início, que este era um desafio que a comunidade estava trazendo para nós”, conta Rita Viana, Diretora-Presidente do CEADEC.

A equipe do CEADEC visitou experiências de cooperativas no estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná com o intuito de mapear os processos operacionais e identificar boas práticas para que o projeto pudesse ter início. Nascia assim a Cooperativa de Reciclagem de Sorocaba (CORESO), inicialmente integrada por 23 cooperados que constituíam um grupo heterogêneo, formado por desempregados e catadores que já trabalhavam na catação de forma individual. Com a doação de equipamentos pela Caritas, - organização humanitária da Igreja Católica presente em mais de 200 países -, as operações puderam começar. A atuação conjunta dos 23 cooperados logrou regular o mercado comprador das latas de alumí-

nio e o valor pago, que era de R\$ 0,23/quilo passou para R\$ 0,78/quilo.

Com a divulgação realizada pelos meios de comunicação, a iniciativa obteve maior colaboração da população local, ao mesmo tempo em que começou a germinar a ideia de que esta expressão de empreendedorismo social era viável nos municípios contíguos, sobre os quais a cidade de Sorocaba exercia, - e ainda exerce -, considerável influência.

Concomitantemente às manifestações de interesse das comunidades vizinhas, outro fator preponderante para o surgimento da Rede começou a ficar evidente: a dificuldade de fechar negócios quando se trabalha com volumes pequenos. “Demoramos 53 dias para concretizar a primeira comercialização, o que evidenciou o fato de que só conseguiríamos prosperar se acumulássemos o material de forma mais rápida, isto é, alcançando montantes maiores - e possíveis somente com a articulação em rede”, explica Rita.

Desta maneira, ao longo de 1999 e 2000, a região presenciou o surgimento de cooperativas em diversas cidades que não possuíam programas de coleta seletiva sob a responsabilidade do poder público. Assim, com o apoio da CORESO e da equipe do CEADEC, surgiram nas cidades vizinhas várias cooperativas a exemplo de Votorantim, a Cooperativa de Reciclagem de Votorantim (COOPERVOT); em Capão Bonito, a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMAR); em Itapeva, a APAMARE e em Salto de Pirapora, a Cooperativa de Reciclagem de Salto de Pirapora (CORESP). Na maior parte dos casos, o apoio do poder público foi apenas pontual e todas as cooperativas vivenciavam a mesma situação de não ter volume suficiente para comercializar diretamente com as empresas recicladoras. Neste período, a CORESO, a COOPERVOT e CORESP já comercializavam em conjunto.

A evolução natural deste processo colaborativo de comercialização ocorreu em 2001, com a realização do Encontro Regional, promovido pelo CEADEC na cidade de Votorantim. A experiência conjunta das três cooperativas pioneiras foi relatada durante o encontro, o que estimulou a inclusão de novas entidades na Rede.



Já no âmbito institucional, o encontro testemunhou o nascimento formal da Rede Cata-Vida - Rede Solidária das Cooperativas de Reciclagem de Sorocaba [e região] formada pelas cooperativas dos municípios de Sorocaba, Votorantim, Salto de Pirapora, Capão Bonito e Itapeva. Além do estabelecimento da Coordenação Regional dos Catadores, - um órgão de discussão, deliberação e representação das cooperativas. Nesse momento também foi redigida a Carta de Princípios dos Catadores e Catadoras da rede.

Com o estabelecimento da Rede, os esforços foram concentrados em otimizar os recursos disponíveis nas cooperativas e diminuir os custos operacionais. Devido à sua localização estratégica, a CORESO foi escolhida como sede da Central de Triagem e Comercialização da Rede, tornando-se o

local de recebimento e guarda do material a ser comercializado.

Desenvolvimento Institucional e Operacional

Uma prática inovadora foi a criação do modelo de gestão administrativa das cooperativas, por meio de um sistema padronizado de organização. Esta iniciativa, que contou com o apoio técnico do CEADEC, uniformizou as informações e, ao fazê-lo, trouxe confiabilidade e controle dos processos internos nos âmbitos financeiro, contábil e administrativo.

Outro vetor de desenvolvimento muito importante se deu na seara institucional da Rede. Teve início um processo de capacitação das lideranças e fortalecimento das cooperativas que formavam a Rede Cata-Vida.

Sob este aspecto, o ano de 2003 foi um divisor de águas. A Rede inscreveu e aprovou um projeto junto à Petrobras. Esse foi o primeiro projeto de uma rede de catadores apoiado pela empresa estatal. Com este apoio, foi possível adquirir caminhão, uniformes, caçambas, computadores e EPIs. Além disso, também houve um investimento no aspecto educacional do empreendimento, com a realização de um curso de capacitação para os cooperados.

Após os resultados positivos desta primeira iniciativa, a Rede Cata-Vida aprovou outro projeto com apoio da Petrobras em 2005. A meta era ambiciosa: aumentar a escala de produção, por meio da integração de cinco novas cooperativas e a inclusão de mais catadores. “Era um grande desafio, mas havia uma grande demanda nos municípios da região e o projeto teve êxito nessas missões”, conta Rita.

Neste período também foi implementado o chamado Processo de Humanização da Coleta Seletiva, que consistiu na aquisição de novos equi-

Relacionamento próximo às comunidades

A capacitação denominada Abordagem Qualificada é uma das boas práticas desenvolvida pela Rede Cata-Vida. Criada em 2003, e aperfeiçoada em 2005, a Abordagem Qualificada garante um padrão de atendimento norteador de relações interpessoais positivas e saudáveis entre os catadores e os moradores dos bairros onde a coleta é realizada. ‘Esta ênfase no trabalho casa-a-casa é uma característica muito forte da Rede e a interação dos cooperados com a comunidade é um fenômeno muito interessante. A população tem um carinho muito grande pelos catadores e compreende o papel de agente ambiental que eles desenvolvem’, afirma Rita.

A capacitação dos novos catadores é feita pelos próprios cooperados, que multiplicam o conhecimento sobre os procedimentos de abordagem e transmitem a experiência de quem conhece bem as atividades de campo.

pamentos para as cooperativas e para a Rede, de forma a tornar mais saudável e prático o trabalho cotidiano dos cooperados.

Em 2007, membros da Rede conseguiram, junto ao BNDES, verbas para a construção de um galpão de 2 mil m², que foi erguido em um terreno cedido pela prefeitura. Entre as atividades de capacitação deste novo projeto, foi promovida uma discussão que contemplou a realização de uma pesquisa, pela qual os catadores apontaram quais seriam os próximos objetivos, a saber: uma fábrica de polímeros e a exploração do óleo residual de frituras.

No ano de 2008, com a queda acentuada do valor dos materiais recicláveis, instalou-se a crise no setor em todo o País. Na Rede Cata-Vida não foi diferente: com a brusca diminuição da renda, muitos cooperados desistiram dos projetos e passaram a buscar outras formas de subsistência. “A CORESO, que em seu ápice tivera até cerca de 145 catadores, chegou a contar com apenas 32 cooperados. A crise foi devastadora para toda nossa cadeia” conta Darci de Oliveira, cooperado.

Foram tempos difíceis e as cooperativas só começaram a identificar sinais de recuperação dos preços no início de 2010. De lá para cá, houve um processo de rearticulação do grupo: durante o longo período de crise, algumas cooperativas não cumpriram os compromissos da Carta de Princípios e deixaram a Rede.

Presente e futuro

Atualmente, a Rede desenvolve um projeto apoiado pela Petrobras, iniciado em julho de 2012, cujos objetivos principais são a ampliação da coleta seletiva para cinco municípios e o fortalecimento da rede. À estrutura operacional da rede, foram acrescidos um caminhão, três prensas, duas balanças e uniformes – além de recursos para materiais de comunicação e capacitações.

Outro programa, que deve ter início em 2013, é um projeto voltado à inclusão de 300 catadores, já aprovado junto à Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho. A iniciativa visa integrar catadores individuais que atualmente apresentam renda abaixo da linha de pobreza. Desta forma, a Rede hoje reúne 15 cooperativas, atuando em 16 municípios.

O maior desafio da Rede Cata-Vida é ver os municípios da região implantando a

remuneração das cooperativas pela prestação de serviços. Um primeiro passo foi dado. No dia 22 novembro de 2012, a Câmara Municipal de Sorocaba aprovou o Projeto de Lei nº 169/2009, de autoria do vereador Izídio de Brito Correia, que institui o Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária. O projeto contempla a remuneração das cooperativas de catadores pelo mesmo valor estabelecido para contratos de coleta convencional de resíduos domiciliares, e reconhece os catadores como agentes ambientais de limpeza urbana. Após sua aprovação, o projeto foi vetado pelo então prefeito Vitor Lippi mas, no dia 26 de fevereiro de 2013, a Câmara Municipal derrubou o veto. A posição dos catadores é de manter o diálogo com a atual administração municipal, para que esta não tente reverter a decisão com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade na Justiça. “O caso de Sorocaba é especialmente importante porque o município, como centro econômico da região, exerce influência sobre as demais cidades. Uma conquista dos catadores em Sorocaba pode significar o nosso reconhecimento em toda a região”, conclui Darci.

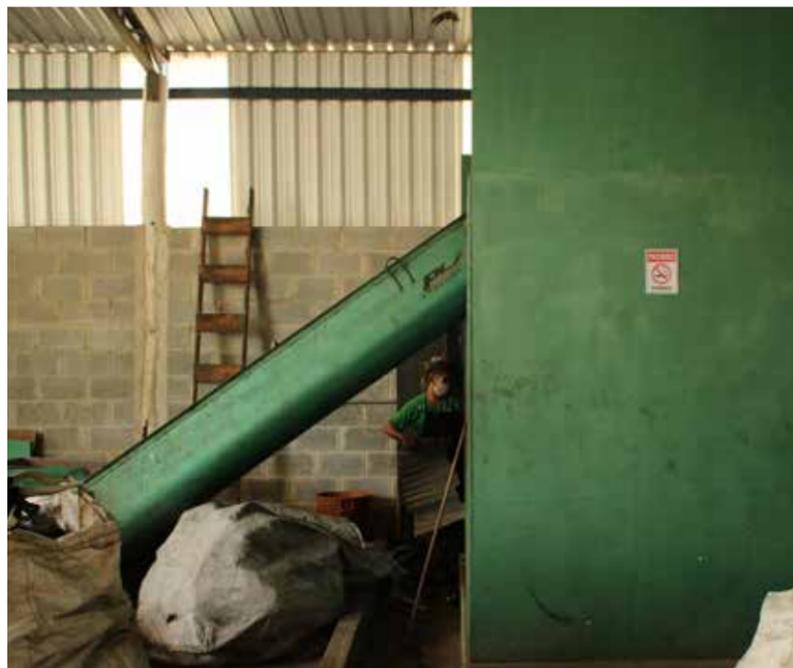
CONSIDERAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE A REDE CATA-VIDA

Regularidade Legal e Documentação

A rede possui CNPJ próprio, tendo como Sede o Município de Sorocaba, no interior de São Paulo, e conta com uma carta de princípios que estabelece as prerrogativas para suas entidades-membro. No que tange à regularidade legal, a rede exige que as cooperativas já estejam legalmente constituídas sob os princípios do cooperativismo e as diretrizes de economia solidária.

Infraestrutura, máquinas e equipamentos

Fábrica de plásticos: todo o material plástico ‘polietileno’ e ‘polipropileno’ são lavados, moídos e comercializados em forma de flocos (*flakes*) – os demais tipos de plásticos são enfiados e vendidos. A Rede já possui os equipamentos necessários para a reciclagem desses plásticos, isto é, capaz de transformá-los em grãos e tubos. No entanto, busca escala



para otimizar o funcionamento da fábrica - o intuito é dialogar com outras redes de cooperativas para que estas utilizem também o maquinário, ampliando o alcance dos ganhos para outros grupos de cooperados e fortalecendo o relacionamento inter-redes;

- Fábrica de filtragem de óleo: o óleo de cozinha coletado passa por um processo de clarificação a partir de um sistema de filtros e então é comercializado. Essa pode ser a etapa inicial de uma fábrica de biodiesel, fazendo com que a Rede futuramente avance também para esse tipo de produção;

- Galpão de concentração de carga: um galpão de 200m² é utilizado para concentrar os materiais oriundos de todas as cooperativas da Rede. A movimentação dos materiais é feita através de empilhadeiras a gás e os materiais são distribuídos por tipo nas dependências do galpão. A coleta seletiva é feita com os caminhões próprios da Rede.

Processos produtivos, estocagem e transporte de insumos e produtos

O caminhão da Rede vai buscar as cargas nas cooperativas e encaminha para o galpão da sede em Sorocaba. Todos os materiais são comercializados em Rede, exceto a sucata férrea devido à dificuldade de seu transporte. As cargas são acompanhadas por duas vias do documento intitulado "Movimentação de Materiais", no qual estão discriminados os materiais por tipo, peso

e valor. Cada cooperativa contribui com uma taxa por kg de material comercializado, para cobrir os gastos logísticos e de movimentação, independente da distância que se encontre do galpão da rede. Os materiais recebidos são conferidos conforme as informações disponibilizadas no referido documento e há uma atenção especial às características dos materiais e padronização dos fardos, uma vez que isso é fundamental para que a rede, a qual recebe materiais de diferentes cooperativas, possa comercializar cargas com o mesmo padrão de qualidade (o forte trabalho em educação ambiental dos moradores garante que os materiais sejam disponibilizados já limpos). Além disso, com um critério rígido de padronização, a Rede opera com uma geração muito pequena de rejeito: apenas 3%. A Nota Fiscal de comercialização é feita em nome da Rede. O pagamento às cooperativas é feito de acordo com as quantidades informadas no documento de movimentação de materiais e obedece a uma tabela de preços previamente estabelecida por todas as cooperativas da Rede, conforme os preços praticados no mercado. Quando ocorre alguma oscilação brusca, os representantes das cooperativas se reúnem e rediscutem os valores. Há uma grande quantidade de compradores cadastrados para garantir a venda de 100% do material. A instituição priva pela não exportação para que relações comerciais sólidas não sejam abaladas por uma relação pontual (mesmo que seja uma venda grande). Outro aspecto interessante é que a Rede garante a comercialização do vidro apenas quebrado, evitando assim falsificações de produtos a partir da utilização de embalagens em boas condições.

Higiene, limpeza, saúde e segurança do trabalho

Tanto nas fábricas, quanto no galpão de concentração e comercialização de cargas, essas questões são bastante trabalhadas e o grau de exigência é adequado. Com relação às cooperativas, a carta de princípios estabelece que seja observada a obrigatoriedade dessas questões e aborda inclusive, o estabelecimento de parcerias para ações preventivas e defensivas à saúde dos catadores.

Treinamento e desenvolvimento humano

A promoção de políticas de capacitação socioambiental e técnica dos cooperados está garantida na carta de princípios da Rede.

Responsabilidade Social

As questões de responsabilidade social também estão estabelecidas na carta de princípios da Rede. Estão em destaque a não utilização do trabalho infantil, a orientação da manutenção dos filhos na escola e a inclusão dos catadores e catadoras desorganizados.

Aspectos políticos, econômicos e financeiros da organização

A coordenação da Rede é formada pelas lideranças das Cooperativas constituintes (geralmente o Presidente da Cooperativa mais um catador) e é responsável pela eleição do presidente da Rede, que é eleito a cada dois anos. Recentemente, a Rede conseguiu, através de verba de um projeto, remunerar a alocação de sete cooperados de diferentes cooperativas para a função de facilitadores, os quais são capacitados e percorrem as cooperativas auxiliando nos processos de educação ambiental, coleta, trabalho interno, cadastramentos e fechamentos financeiro-contábeis, gestão de conflitos e recrutamento de esforços para mutirões de triagem em cooperativas com excesso de material, entre outras atividades. A cada 15 dias, os facilitadores se reúnem e abordam diversas questões observadas nas instituições pela equipe da organização incubadora (o Presidente da rede também tem seu papel articulador e percorre as instituições, apoiando no que for necessário).

A renda média da rede varia em torno de R\$ 550 a 600 por mês.

A Rede conta com um profissional contratado, pago por uma verba de projeto, que é responsável pela gestão da administração e comercialização dos materiais, assegurando a presença de expertise gerencial ao empreendimento.

Cerca de 85% dos materiais são comercializados diretamente para indústrias recicladoras, dispensando a figura do atravessador. O material de maior volume de comercialização é o papel (branco, misto, papelão e embalagem longa vida) responsável hoje por, em média, 45 toneladas/mês.

Com os ganhos relacionados ao valor agregado dos plásticos processados e do óleo de cozinha filtrado, a Rede consegue pagar bons preços aos materiais das cooperativas e também prazos mais curtos de pagamento para aquelas instituições que enfrentam maiores dificuldades financeiras. Por mês, são comer-

cializadas aproximadamente 20 toneladas de plásticos processados e sete mil litros de óleo.

DIMENSÕES PARA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE APOIO E INCUBAÇÃO

No ecossistema organizacional da Rede Cata-Vida, o CEADDEC é o agente incubador e indutor dos vetores de estruturação das cooperativas, atuando de forma coordenada em diferentes esferas como a discussão das políticas públicas municipais, o aperfeiçoamento dos mecanismos de funcionamento da Rede e o acompanhamento de ações de empreendedorismo específicas de algumas unidades cooperadas. Ao longo dos anos, o grau de autonomia da rede, da CORESO e das outras cooperativas, foi gradativamente aumentando, à medida em que os investimentos em capacitação começaram a entregar o retorno esperado no capital humano dos empreendimentos. Para Rita Viana, ao avançar na escala de desenvolvimento de uma organização, novos desafios se impõem e o processo de incubação muda seu foco para níveis mais complexos do negócio. Em termos operacionais a Rede tem considerável grau de autonomia, porém, nas



questões de natureza mais estratégica ou política, a participação do agente incubador nas tradicionais etapas de um projeto, - análise, desenho, execução e monitoramento – ainda se faz necessária.

Assessoria Jurídica & Contábil

No passado, os cooperados fizeram um curso de Noções Contábeis e atualmente são responsáveis pela elaboração e envio da documentação necessária para que o escritório de contabilidade terceirizado cumpra as exigências legais. Na diretoria do CEADEC há um advogado que fornece assessoria jurídica à Rede quando é necessário.

Gestão Administrativa e Financeira

A gestão é feita pelos cooperados. Duas cooperadas fazem o trabalho da Rede, sendo responsáveis pela comercialização, pela logística dos materiais, pelo repasse para as cooperativas e por uma série de outros processos administrativos.

Operações e Logística

As operações de logística são administradas pelos cooperados, que tem pleno domínio sobre os diferentes processos relacionados à área.

Educação ambiental

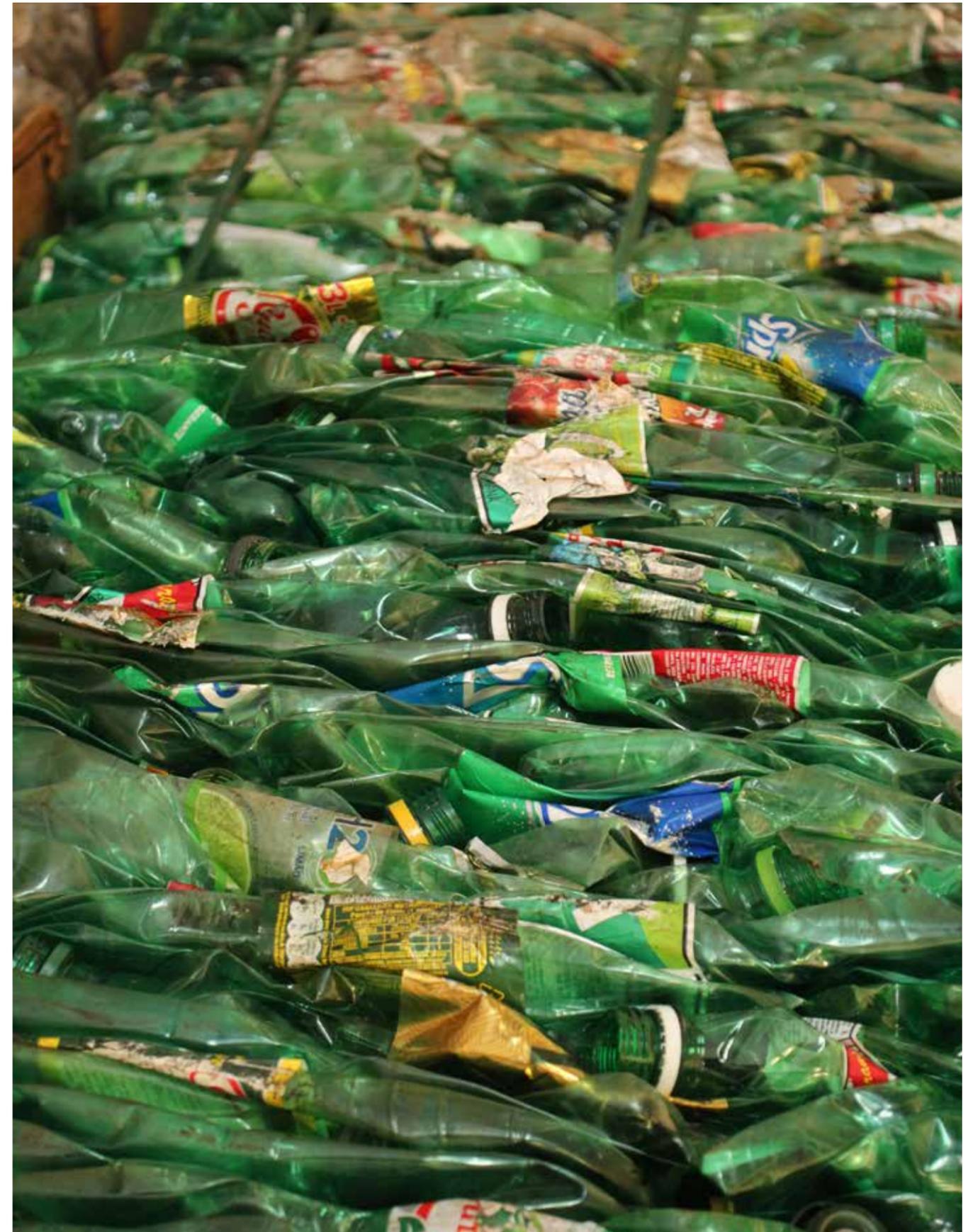
No âmbito interno, a incubadora trabalha conceitos de educação ambiental junto aos novos cooperados, integrando-os ao universo temático da Rede.

Qualidade de vida e relacionamento para o trabalho

O CEADEC atua junto aos cooperados, estimulando boas práticas relacionadas à qualidade de vida e à adoção de um estilo de vida saudável. Como em outros casos analisados nesta publicação, a realidade de grande vulnerabilidade de parte significativa dos cooperados expõe a ausência de condições básicas de higiene e acesso à saúde de alguns extratos sociais da população brasileira. Há convênio com instituições de ensino locais para a realização de capacitações e exames médicos simples.

Transparência e governança no cooperativismo

Cada cooperativa preserva a autonomia de sua gestão. Questões como a forma de pagamento dos cooperados e a divisão das retiradas é decidida por cada cooperativa de forma isolada. Para as questões relativas à Rede, é feita uma reunião, uma vez por mês, com dois cooperados de cada município. Estes dois representantes têm espaço neste fórum criado para assegurar uma instância de transparência, debate e deliberação. Neste encontro, também é feita uma prestação de contas com os resultados da Rede.



CONCLUSÃO

O conjunto de informações reunidas durante as visitas técnicas e entrevistas realizadas para a realização deste trabalho permite identificar alguns pontos relevantes sobre os rumos que o País vem adotando para endereçar a questão dos resíduos sólidos.

Em termos gerais, os três empreendimentos são exemplos práticos do impacto social positivo que a aplicação dos conceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos pode desempenhar na vida de indivíduos e coletivos marginalizados. Em seu conjunto, as histórias das cooperativas demonstram que a incorporação dos mecanismos que estimulam e fomentam a participação dos catadores tem obtido sucesso em integrá-los à cadeia existente, ao mesmo tempo em que permite vislumbrar o desenho de um novo modelo que concentre menos e distribua melhor a renda gerada pelo setor. Está claro que o Programa Pró-Catador, instituído pelo decreto n. 7.405/2010, vem conseguindo cumprir sua finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas aos catadores.

Os três casos representam e denotam também a importância da articulação dos catadores junto às diferentes esferas de seu universo de negócios: o setor público, o setor privado e as outras cooperativas. A capacidade de criar e sustentar relacionamentos consistentes e que proporcionam ganhos mútuos mostrou-se de grande valia para as cooperativas.

Ressalte-se o fato de que, cada vez mais, a pluralidade na formação de relacionamentos será de grande relevância para determinar o sucesso dos empreendimentos sociais, como já é possível verificar nos três empreendimentos retratado. Embora cada uma das cooperativas sirva como exemplo de sucesso no relacionamento com determinado setor, nenhuma das três se abstém de desenvolver constantemente seus relacionamentos com os meios público, privado e com as outras cooperativas.

Uma constatação positiva é a preocupação com as condições de segurança, limpeza e uso adequado de materiais de trabalho que as cooperativas exibiram. O caso da cooperativa Futura, que conquistou a cer-

tificação SA 8000, é um exemplo de evolução institucional e consiste em valiosa fonte de inspiração para os demais empreendimentos.

Outro aspecto importante retratado é a verticalização da cadeia produtiva. Exemplos como as fábricas de plásticos da rede Cata Vida e da CAEC sinalizam a importância estratégica de incorporar mais valor e diversificar os negócios das cooperativas.

No entanto, dois pontos críticos não podem ser negligenciados e merecem grande atenção das cooperativas: a logística e a transparência na gestão. Devido a características específicas dos resíduos sólidos, a eficiência no recolhimento têm acentuada importância e demanda alto grau de profissionalismo. A utilização de aparelhos de navegação por satélite, como suporte a um plano de gestão logística, é uma inovação empregada pela CAEC que pode auxiliar diversas organizações.

Já a transparência na gestão - com adoção de políticas de governança que assegurem o livre acesso dos cooperados às informações - garante a manutenção do pacto cooperativista e contribui para a uniformização das informações das cooperativas. Trata-se de um desafio institucional cada vez mais estratégico e necessário dentro do ambiente de negócios que está sendo construído sob o marco regulatório estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. No entanto, embora já existam gestões que adotem mecanismos de transparência, esta prática ainda não está disseminada como padrão, a despeito do fato de que os principais beneficiados por sua adoção sejam as próprias cooperativas. Na mesma situação encontra-se a adoção de metas, que melhora a produtividade e aumenta o grau de profissionalismo dos cooperados. O setor como um todo terá muito a ganhar ao adotar estas práticas.

Em termos organizacionais, constatou-se a grande relevância dos investimentos feitos em educação, treinamento e desenvolvimento. Nos locais onde as ações de treinamento e desenvolvimento foram mais consistentes ao longo dos anos, o grau de autonomia operacional dos cooperados tornou-se elevado o suficiente para ser possível vislumbrar um grande potencial para a evolução para um negócio social inclusivo gerenciado de forma autônoma pe-

los catadores. Da mesma forma que ocorre em outros setores da economia, o investimento no capital humano resulta em um retorno duradouro.

Outro ponto que merece atenção é a ligação das entidades com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Embora o grau de proximidade com o MNCR varie de acordo com cada caso, é nítido que há intercâmbio de informações, alinhamento de ideias e um senso de pertencimento a uma causa coletiva e a uma plataforma política que une uma parte dos catadores e das cooperativas com o movimento.

Tal consonância de ideias é explícita em relação à percepção equânime sobre o pagamento a ser recebido por serviços ambientais prestados. Após a crise de 2008 - que afetou de forma dramática o funcionamento de todas as cooperativas - cristalizou-se a certeza de que é fundamental pleitear a remuneração por estes serviços para a sobrevivência do negócio. Em algumas cidades, as cooperativas já são remuneradas, se não no mesmo valor do que era feito à iniciativa privada, pelo menos por uma parte deste valor. Trata-se de um avanço, pois esta é uma alternativa de faturamento que pode contribuir para o erguimento dos negócios sociais inclusivos no setor. O pagamento pelos serviços ambientais configura-se como uma das questões estratégicas dentro do debate sobre a perenidade e evolução das cooperativas, pois pode diminuir a vulnerabilidade das organizações às flutuações globais e locais de preços às quais estão sujeitos os materiais recicláveis. Trata-se de uma mudança que envolve o engajamento de diversos atores e a adoção de uma mentalidade que contemple e valorize, de forma efetiva, os benefícios dos impactos sociais dos negócios.

Um longo caminho foi percorrido pelos catadores brasileiros nos últimos anos. Da invisibilidade nas ruas e nos lixões ao protagonismo que abriu espaços e consolidou direitos na construção da Política Nacional de Resíduos Sólidos vigente, muito foi construído em um espaço de tempo relativamente curto, se comparado às dimensões das conquistas.

Desta forma, embora a proporção dos desafios seja considerável, o panorama for-



Carolina Rolim | GIRAL

mado pelo marco regulatório, o empreendedorismo social e a colaboração com a sociedade constitui um tripé capaz de atrair e manter perspectivas de negócios bastante positivas para que os catadores continuem escrevendo uma história que tem significado geração de renda e resgate da dignidade de milhares de brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[ABRELPE] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. *Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil – 2010*. São Paulo: Abrelpe, 2011.

BESEN, G.R. *Coleta Seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade*. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde), Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

[BRASIL] Lei de Saneamento Básico nº11.445/2007 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/Lei/L11445.htm

[BRASIL] Lei Federal nº 12.305/2010: institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/b2394d7e1ab9a970032569b9004e148d/42c9233bee8de0d183257774003fd3b0?OpenDocument>

[BRASIL] Decreto federal nº 7.404/2012: regulamenta a Lei n. 12.305/2010, que institui a PNRS, cria o Comitê Interministerial da PNRS e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm

[CEMPRE] COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM. Pesquisa Ciclosoft 2010. Disponível em: <http://www.cempre.org.br/ciclosoft.php>

[CEMPRE] Linhas de crédito do BNDES apoiam cooperativas. CempreInforma, n. 109, jan/fev. 2010. Disponível em: http://www.cempre.org.br/ci_2010-0102_reciclando.php

[IBGE] *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em : http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf

[INSTITUTO WALMART] Mapa de Soluções Inovadoras – Tendências de empreendedores na construção de negócios sociais e inclusivos. São Paulo: Instituto Walmart e Ashoka, 2011.

[IPEA] INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos*. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2010.

JACOBI, P.R. (Org.) *Gestão compartilhada de resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social*. São Paulo: Annablume, 2006.

[MNCR] MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. *Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis. Relatório Técnico Final*. Janeiro de 2006.

[MNCR] MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Carta de Brasília. Disponível em: http://www.mncr.org.br/box_1/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia

[MNCR] MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Modelos de Contratação de organizações de catadores em http://www.mncr.org.br/box_2/instrumentos-juridicos

[LACRE] RED LATINOAMERICANA DE RECICLADORES. *Definición y Historia*. Disponível em: <http://www.redrecicladores.net/es/quienes-somos>

VALVERDE, J.; JARDIM, A; YOSHIDA, C. *Política Nacional, Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos*. Barueri: Manole, 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos catadores, catadoras e demais pessoas envolvidas que, aos dispor de seu tempo e de sua atenção, tornaram possível a realização deste trabalho.

Adilson Correa da Silva
André Vilhena
Antonio Bunchaft
Daiane Batista Ramos
Darci de Oliveira
Edilson Ferreira França
Elizabeth Maria Rocha
Felipe Antunes
Ismael Gilio
Jeane dos Santos
Joana D'Arc Gonçalves
João Francisco Sawaya de Lima
José Cardoso
Juelice Silva Santos
Julia Faria
Maria das Mercês Silva de Oliveira
Maria do Carmo Fuga
Marilda Lourenço
Maria Quitéria de Freitas
Marlian Machado
Naiçara Rejane Garbin
Otavio Graná
Paulo Henrique Lomi Medeiros
Rita de Cássia Gonçalves Viana
Roberto Rocha
Rodrigo Brito
Ruth Maria Ramos da Silva
Silvano Silvério
Valdemar de Oiveira Neto



OS REALIZADORES

Instituto Walmart

O Instituto Walmart é uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), sem fins lucrativos. Criado em 2005 e mantido com recursos do Walmart Brasil, é responsável pela orientação estratégica e gestão do Investimento Social Privado, e também pelo apoio a práticas de Responsabilidade Social Corporativa da empresa. A organização estreita a interface com as comunidades das regiões onde o Walmart está presente. Ao todo são 18 Estados, incluindo o Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, e Distrito Federal.

O Investimento Social Privado é direcionado para três causas: Juventude e Trabalho, Desenvolvimento Local e Geração de Renda. As atividades dentro desses eixos de atuação têm como objetivo promover, em médio e longo prazo, o desenvolvimento humano e socioeconômico de populações e de territórios vulneráveis a riscos sociais no Brasil. Para alcançá-lo, o Instituto realiza vários programas e apoia financeiramente projetos de parceiros com experiência em trabalhos sociais. O trabalho do Instituto também é orientado pelas premissas de relevância local, empoderamento de mulheres, segurança alimentar e busca do desenvolvimento sustentável.

Programa CATA AÇÃO

O Programa CATA AÇÃO é um modelo de intervenção socioeconômica local, realizado a partir de ações de integração social e organização produtiva. Suas ações visam contribuir para a sustentabilidade econômica e a cidadania plena de catadores e suas famílias, através de uma melhor integração na cadeia produtiva, no desenvolvimento de opções de geração de trabalho e renda no contexto da economia solidária e do fortalecimento dos laços comunitários de solidariedade.

O Programa é fruto da parceria entre a Fundação Avina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN) e o Departamento de Água e Saneamento, a empresa Coca-Cola Brasil, a Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento (ICCO), o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

GIRAL viveiro de projetos

GIRAL vem de jirau, palavra tupi comum no Norte do país que significa “estrutura de suporte”. Essa é a essência da Giral: ser um suporte para a germinação e desenvolvimento de novas ideias e ecossistemas de negócios sustentáveis.

Somos uma empresa de consultoria criada com a proposta de atuar no universo da gestão para a transformação social. Temos expertise nas diversas etapas de gerenciamento de planos estratégicos, programas e projetos: concepção, planejamento, pesquisa, análise, implementação, monitoramento e avaliação de resultados.

Nascida do relacionamento entre o universo corporativo e o das organizações da sociedade civil, a empresa traz em sua essência os princípios da articulação intersetorial.

Trabalhando com organizações do primeiro, segundo e terceiro setor, acreditamos que é pela integração ética e comprometida destes atores que chegaremos a um real processo de desenvolvimento inclusivo, justo e sustentável.

Expediente



Programa CATA AÇÃO
www.cataacao.org.br

Conselho Gestor Nacional

Flávia Neves, Ismael Gilio, Oscar Fergutz, Severino Lima
Júnior, Valdemar de Oliveira Neto e Victor Bicca
Coordenação/ Fernanda Ferreira



Walmart
Instituto

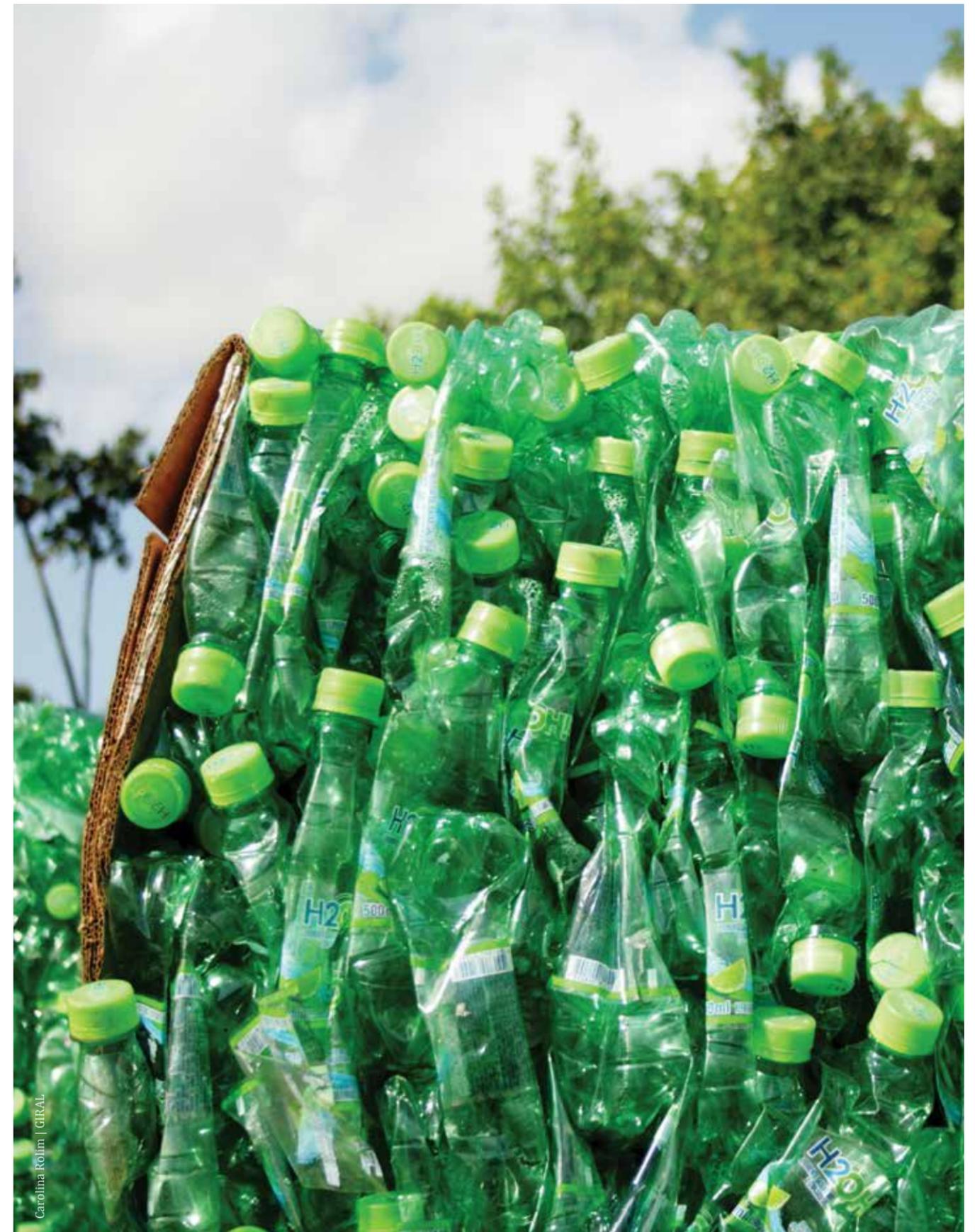
Instituto Walmart

Diretor / Paulo Mindlin
Gerente / Adriana Mariano
Colaboração / Cintia Rinaldi,
Priscila Ohira e Tatyane Nunes



Giral – viveiro de Projetos

Direção / Mateus Mendonça
Consultora / Janaina Pires
Consultor e Editor / Maurício Araújo
Redação / Thais Medina
Design / Denise Matsumoto
Fotografia / Carolina Rolim e Maurício Araújo



Carolina Rolim | GIRAL

